



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

CLODOALDO PLÁCIDO DA FONSECA SILVA

**INTERDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
NUMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

JUAZEIRO - BA

2019

CLODOALDO PLÁCIDO DA FONSECA SILVA

**INTERDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
NUMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGExR/UNIVASF, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em extensão rural.

Linha de Pesquisa: Instituições sociais e desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior
Coorientadora: Profa. Dra. Lúcia Marisy S. R. de Oliveira.

JUAZEIRO - BA

2019

Silva, Clodoaldo Plácido da Fonseca.
S586i Interdisciplinaridade na prevenção da violência numa comunidade ribeirinha /
Clodoaldo Plácido da Fonseca Silva. – Juazeiro, 2019
xiii, 114 f. : il. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro - BA, 2019.

Orientador: Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior
Coorientadora: Prof.(a) Dra. Lúcia Marisy S. R. de Oliveira

1. Violência. 2. Comunidade ribeirinha. 3. Maniçoba, Distrito de Juazeiro (BA).
4. Homicídio. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 303.6

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGE_xR**

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLODOALDO PLÁCIDO DA FONSECA SILVA

**INTERDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NUMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: III – Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em: 23 de Julho de 2019.

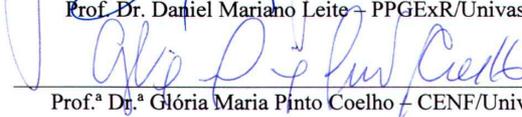
Banca Examinadora



Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior – PPGE_xR/Univasf



Prof. Dr. Daniel Mariano Leite – PPGE_xR/Univasf



Prof.ª Dr.ª Glória Maria Pinto Coelho – CENF/Univasf

A minha mãe Maria Ambrózio
da Fônsca Silva (*in memorian*),
que sonhou com esse momento.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais **José Plácido Silva e Maria Ambrózio da Fônseca Silva** (*in memorian*).

A minha esposa, **Kátia**, e meu filho, **João Plácido**.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. João Alves Nascimento Júnior**, pela dedicação e conhecimentos transmitidos, e pelo apoio e confiança durante esta trajetória.

A minha co-orientadora, **Profa. Dra. Lúcia Marisy S. R. Oliveira** pelo apoio e confiança durante esta trajetória.

A **Associação de Moradores, Motoristas, Criadores e Agricultores Rurais de Maniçoba Velha** pela recepção e colaboração.

Aos colegas do curso de pós-graduação, em especial, aos amigos **George e Silvana**, pela ajuda prestada nos momentos que precisei.

Aos **professores do curso**, pelo aprendizado e formação profissional.

A **Universidade Federal do Vale do São Francisco e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**, pela oportunidade de realização de um sonho e pelo acolhimento e apoio.

A **todas e todos** que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

A violência é um dos principais problemas de saúde pública do mundo, gerando a cada ano mais de um milhão de vítimas fatais; estando entre as principais causas de óbito na faixa etária de 15 a 44 anos. Esse estudo teve como objetivo identificar fatores de riscos para violência na comunidade de Maniçoba/Juazeiro-BA e desenvolver material informativo de prevenção, baseado nos costumes e a cultura local. Trata-se de um estudo do tipo descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. Participaram membros da Associação de Moradores, Motoristas, Criadores e Agricultores Rurais de Maniçoba Velha (AMMCARMV). Os questionários devolvidos, foram digitados em planilha e analisados no programa *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) realizou-se análise monotemática e temática em três *corpus* textuais, bem como a análise das nuvens de palavras. Os participantes do estudo eram 54,5% do gênero feminino, de 40 a 49 anos, alfabetizados e renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. O problema da violência é considerado por 54,5% como muito sério e vem aumentando nos últimos três anos; 81,8% foi ou teve alguém próximo vítima de violência; sendo o assalto e homicídio as mais citadas. O sentimento de insegurança foi expresso pela maioria dos participantes (90,9%), 45,5% relacionaram as causas da violência às drogas. As falas dos participantes revelam insegurança ao sair de casa e indicam a necessidade de policiamento na comunidade, combate as drogas, ações educativas e geração de empregos como formas de reduzir a violência na comunidade. Os homicídios ocorridos na comunidade no período de 2016-2018 foram em jovens, de 20-39 anos, do gênero masculino, por arma de fogo e em via pública. Nesse cenário, deve-se aguçar o olhar para discussão centrada em um modelo integrado de segurança públicas e políticas sociais.

Palavras-chave: Violência no campo. Vulnerabilidade social. Homicídio.

ABSTRACT

Violence is one of the world's major public health problems, generating more than one million fatalities each year; being among the main causes of death in the age group of 15 to 44 years. This study aimed to identify risk factors for violence in the community of Maniçoba / Juazeiro-BA and to develop informational prevention material based on customs and local culture. It is a descriptive study with a quantitative and qualitative approach. Participated members of the Association of Residents, Drivers, Breeders and Rural Farmers of Maniçoba Velha (AMMCARMV). The returned questionnaires, were typed in a spreadsheet and analyzed in the Interface program of Routles Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). A monothematic and thematic analysis was performed in three textual corpus as well as the analysis of word clouds. The study participants were 54.5% female, 40-49 years old, literate, and family income of 1 to 3 minimum wages. The problem of violence is considered by 54.5% as very serious and has been increasing in the last three years; 81.8% were or had someone close to them; with assault and murder being the most cited. The feeling of insecurity was expressed by the majority of participants (90.9%), 45.5% related the causes of violence to drugs. The participants' statements reveal insecurity when leaving home and indicate the need for policing in the community, combating drugs, educational actions and job creation as ways to reduce violence in the community. The murders occurred in the community in the period of 2016-2018 were in young men, 20-39 years of age, of the male gender, by firearm and on public highway. In this scenario, one should sharpen the focus for discussion centered on an integrated model of public safety and social policies.

Keywords: Violence in the field. Social vulnerability. Murder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução das taxas de homicídios no mundo e nos continentes por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013)	26
Figura 2 - Evolução das taxas de homicídios mundial e das américas por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013)	27
Figura 3 - Evolução das taxas de homicídio dos países da América Latina, 2000-2013	27
Figura 4 - Infográfico com variação nas taxas de homicídio por Unidade Federativa do Brasil (2006-2016)	29
Figura 5 - Representação cartográfica da localização do distrito de Maniçoba, em Juazeiro-BA	37
Figura 6 - Representação gráfica das principais vítimas da violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018.	44
Figura 7 - Representação gráfica dos principais tipos de violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018.	44
Figura 8 - Representação gráfica dos crimes mais comuns no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018.	45
Figura 9 - Representação gráfica da intenção de participação em grupos de prevenção a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018.	47
Figura 10 - Nuvem de palavras da categoria A: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a), distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	48
Figura 11- Nuvem de palavras da categoria B – Como reduzir a violência na comunidade, no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	49
Figura 12 - Nuvem de palavras das categorias: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a) e Como reduzir a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	49
Figura 13 - Representação gráfica dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por sexo e faixa etária, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA 2018	41
Tabela 2 - Distribuição dos participantes por grau de escolaridade e renda familiar, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA 2018	42
Tabela 3 - Concepção dos participantes sobre a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	43
Tabela 4 - Os participantes e acontecimentos de situação de violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	43
Tabela 5 - Expressão do sentimento em relação a segurança e proteção policial dos participantes, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	46
Tabela 6 - Percepção dos participantes sobre a causa da violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018	46
Tabela 7 - Caracterização das vítimas dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018	51
Tabela 8 - Local de ocorrência e instrumentos utilizados na prática dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMMCARMV- Associação de Moradores, Motoristas, Criadores e Agricultores Rurais de Maniçoba Velha
CNJ- Conselho Nacional de Justiça
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
CPODE- Seção de Estatísticas, da Coordenação de Planejamento Operacional, do Comando de Policiamento
DATASUS – Departamento de Informática do SUS
DIP - Doenças Infecto Parasitárias
Hab - Habitantes
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRAMUTEQ-*Interface de R pour les Analyse. Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*
JUVIPOL- Juventude, Violência e Polícia
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU- Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*
SUS – Sistema Único de Saúde
UF- Unidades Federativas
UNIVASF- Universidade Federal do Vale do São Francisco
VBP- Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 JUSTIFICATIVA.....	17
3 OBJETIVOS	19
3.1. GERAL	19
3.2. ESPECÍFICOS	19
4 REVISÃO DA LITERATURA.....	20
4.1 A VIOLÊNCIA E SUAS FACES	20
4.2 CENÁRIO DA VIOLÊNCIA.....	23
4.2.1 Violência no Brasil.....	24
4.2.2 Homicídio no mundo, no Brasil e na Bahia.....	25
4.3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	30
4.4 A INTERSETORIALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	32
5 MATERIAL E MÉTODOS	35
5.1 CONTEXTO E AMOSTRA	35
5.2 DESENHO DO UNIVERSO ESTUDADO	36
5.3 AMOSTRA / POPULAÇÃO – ALVO	37
5.4 SELEÇÃO DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	38
5.5 COLETA DE DADOS	38
5.6 ANÁLISE DOS DADOS	39
5.7 MATERIAL INFORMATIVO	40
5.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	40
6 RESULTADOS.....	41
6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO.....	41
6.2 UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE DE MANIÇOBA.....	42
6.2.1 Violência X Segurança.....	45
6.3 PROTEÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA: O QUE FAZER?	47
6.3.1 Categoria 1: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a)	48
6.3.2 Categoria 2: Como reduzir a violência na comunidade.....	48
6.4 HOMICÍDIOS NA MANIÇOBA, 2016-2018.	50
7 DISCUSSÃO	52
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
9 PRODUTO FINAL	60

REFERÊNCIAS.....	
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	69
ANEXO B – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO MANUSCRITO	70
APÊNDICE A- GUIA EDUCATIVO.....	71

1 INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida da população brasileira é o reflexo de inúmeros fatores, dentre eles, os avanços tecnológicos e científicos, ocorridos após a II Guerra Mundial, os quais interferiram na modificação dos hábitos e estilos de vida dos indivíduos; bem como, a era da industrialização, alterando de forma significativa o perfil epidemiológico do Brasil e do mundo (UCHÔA; CAMARGO Jr, 2010).

No Brasil, a transição demográfica e epidemiológica vem desenhando um novo cenário que impacta diretamente no mundo do trabalho, em virtude do perfil da tripla carga de doença, coexistindo as doenças crônicas, como as patologias cardiovasculares e as neoplasias, as causas externas e as doenças infecto parasitárias (DIP), esta última em declínio (BRASIL, 2016a; MARINHO; PASSOS; FRANÇA, 2016).

Segundo o Departamento de Informática do SUS – DATASUS, as causas externas, em 2017 representaram a segunda causa de mortalidade no Estado da Bahia e também na cidade de Juazeiro (BRASIL, 2017a). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), as causas externas podem ser classificadas em lesões intencionais e lesões não intencionais. As lesões intencionais são agressões, homicídios, suicídios, privação ou negligência, e as não intencionais se caracterizam por um incidente onde não há a intenção de provocar um dano ou morte em alguém (OMS, 2002; RAMOS; NUNES; NOGUEIRA, 2013; BRASIL, 2017).

Por conseguinte, a violência é um dos principais problemas de saúde pública do mundo, gerando a cada ano mais de um milhão de vítimas fatais; estando entre as principais causas de óbito na faixa etária de 15 a 44 anos. O impacto econômico anual gira em torno de bilhões de dólares americanos, além dos custos não mensuráveis relacionados às sequelas permanentes ou não, além do sofrimento causado às vítimas e famílias (OMS, 2002; BRASIL, 2017).

A violência caracteriza-se como um fenômeno sócio histórico de causalidade complexa, multifatorial, e está intimamente relacionada aos processos de organização de uma sociedade. Não se limita à criminalidade por si só e sim a qualquer ação realizada por um ou mais indivíduos, que tenha o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, dirigida a outro e que resulte em óbito ou dano físico ou psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. É evidente que a violência representa um

risco para o processo de desenvolvimento humano, com potenciais ameaças à vida e à saúde e consequente possibilidade de morte (OMS, 2002; CAMPOS *et al.*, 2011).

A mortalidade por homicídio, associação de agressões e intervenções legais, representa um dos aspectos do crescimento da violência na sociedade, atingindo principalmente a população jovem do sexo masculino e é responsável por grande parte dos anos potenciais de vida perdidos (CAMPOS *et al.*, 2011; CARDOSO *et al.*, 2016).

O homicídio representa situação de grande relevância dentro das causas externas, com imenso impacto social e econômico, reflexo dos problemas de desigualdades sociais presente na comunidade e dos anos de vida perdido de suas vítimas (TAVARES *et al.*, 2016).

No plano internacional, as áreas rurais demonstraram ter uma maior taxa de mortalidade, com diferentes tipos de lesões. A associação entre maior mortalidade por causas externas e ambientes rurais, pode ser atribuída, entre outros, a diversos fatores como o tipo de lesão, o tempo de transporte para serviços de emergência, comportamentos de risco elevados, em particular, o consumo de álcool (RAATINIEMI, L; *et al.*, 2016) e o uso de arma branca como equipamento de trabalho (SOUZA *et al.*, 2011).

A zona rural que era considerada arcaica e atrasada, durante muitos anos ficou encoberta pela zona urbana, que era vista como símbolo do desenvolvimento e dinamismo. A “nova ruralidade”, que para Moreira (2005, pag. 65) “são manifestações de identidades sociais associadas ao mundo rural”, preserva características tradicionais e associa elaboração de propostas de intervenção para o desenvolvimento dessas áreas (ANJOS; CALDAS, 2013).

A facilidade da difusão, da socialização, da informação, nos dias atuais, fez com que um novo meio social fosse criado, o qual é resultante da mistura das antigas zonas urbana e zona rural (WANDERLEY, 2000).

A sociedade brasileira tem se beneficiado com esta fusão de culturas, hábitos e tradições, somos cada vez mais rurais, assim como, somos cada vez mais urbanos. Contudo, torna-se evidente, também, que esta junção de estilos de vida fez com que também existisse a difusão dos problemas sociais, os quais são potencializados diante de comunidades as quais se encontram em situação de risco e de vulnerabilidade social, como as que vivem basicamente da agricultura familiar e já sofriam com outras questões históricas, as quais também ainda estão distantes de serem resolvidas (MARTINS, 2001).

No momento em que as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais e diferentes universos culturais se interpenetram, as dificuldades socioeconômicas, associadas com as mais diversas formas de violência, dificultam a vida de quem vive da agricultura e emerge a juventude rural, maiores vítimas da violência, como uma população profundamente afetada por estes processos (WANDERLEY, 2000).

Nesse contexto, em virtude da complexidade que envolve o problema da violência, torna-se inviável e ineficiente agir isoladamente no seu combate e prevenção, necessitando assim, de uma abordagem interdisciplinar voltada a especificidade de cada comunidade

2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, é fato que, dentre as causas externas, as ocorrências de homicídio constituem a primeira causa de morte. Estas ocorrências dobraram no intervalo compreendido entre os anos de 1980 e 2003, ficou praticamente, estável entre 2004 a 2007, e em 2008, voltou a uma curva crescente (CAMPOS *et al.*, 2011; BRASIL, 2016a), o que reflete a gravidade desta problemática. Na Bahia, vem crescendo a cada ano as mortes violentas e em 2016, entre as regiões do país, o Nordeste foi a que apresentou as maiores taxas de homicídios e, entre as unidades federadas, o Estado da Bahia ocupou o primeiro lugar em números absolutos, com 6.807 casos.

Dentre as cidades baianas, Juazeiro está entre as 15 cidades da Bahia com o maior número de óbitos por homicídio, registrando uma taxa de homicídio de 51,75/100 mil habitantes (hab.), maior que a média do Estado e a nacional, que foram de 38,06/100 mil hab. e 28,43/100 mil hab., respectivamente (SOUZA; PINTO; SOUZA, 2014; BRASIL, 2016a,b). Na zona urbana de Juazeiro - BA, os bairros que registraram os maiores índices de homicídio foram Alto da Aliança, João Paulo II e João XXIII. E, na zona rural do município, o distrito de Maniçoba destaca-se pelo número de ocorrências por esta causa (BAHIA, 2016).

É notório que os dados sobre violência e criminalidade no Brasil são alarmantes, particularmente pelo contínuo e crescente aumento dos coeficientes de crimes violentos que vêm sendo ostentados nas últimas décadas. O Estado brasileiro está inserido em posições avançadas no ranking dos países mais violentos do mundo. A questão toma uma forma mais complexa ao verificar-se que, diferente do que o senso comum nos leva a crer, a violência tem se deslocado de forma significativa para o interior do país, concentrando-se de maneira especial em certas regiões. Isso tem sido nítido em relação às regiões Norte e Nordeste, as quais experimentaram taxas de aumento próximas ou até superiores a 200% ao longo da década considerada (BAHIA, 2016).

O governo do Estado da Bahia, através de Programas ligados a Políticas Públicas de Segurança, a exemplo do Programa Pacto Pela Vida, criado em 2011, vem interiorizando investimentos e direcionando ações peculiares às necessidades emergenciais da comunidade baiana (BAHIA, 2011).

Por conseguinte, ações integradas, simultâneas, focadas e direcionadas, de acordo com a especificidade de cada região, de cada município, de cada localidade, somados, também, a um direcionamento de recursos e esforços, das instituições policiais, de outras

instituições públicas e da própria sociedade, para áreas consideradas mais críticas, de maior prioridade no Estado devem ser realizadas em paralelo ao Programa Pacto Pela Vida, a fim de tornar mais efetivas as ações de segurança pública de prevenção da criminalidade.

Visto que a violência é um fenômeno complexo, torna-se inviável e ineficiente tentar isolar um único fator de atuação e intervenção de impacto isolado. Todavia, em qual parte for que sejam geradas atuações a favor da inclusão social, da redução da violência a curto, médio e longo prazo, tais iniciativas precisam contar com o entendimento do relevante papel da educação a favor da cidadania. É necessário, portanto, cada vez e por todos os meios que a sociedade detém, repudiar a violência política da corrupção que destrói o aparelho social, instala-se em toda a sociedade e naturaliza-se no subconsciente das pessoas (MINAYO, 2013).

Diante do cenário de Juazeiro - BA e da falta de estudos sobre a temática relacionados às áreas rurais da região, surgiu a hipótese que as ações de prevenção a violência são mais eficazes quando trabalhadas a partir da identificação dos fatores de risco local e com abordagem interdisciplinar, através de atividades educativas na comunidade.

3 OBJETIVOS

3.1. GERAL

Identificar fatores de riscos para violência na Comunidade de Maniçoba / Juazeiro- BA e desenvolver material informativo de prevenção, baseado nos costumes e a cultura local.

3.2. ESPECÍFICOS

- Identificar as principais ocorrências de violência na comunidade;
- Traçar o perfil da vítima de violência;
- Conhecer a realidade e as necessidades dos moradores do distrito de Maniçoba em relação à violência;
- Elaborar cartilha informativa a fim de prevenir, identificar e orientar nos casos de violência.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A preocupação com a violência esteve presente em diversos acontecimentos históricos da vida social. A palavra violência derivada do latim “*violare*”, e traz a “violação do pacto social” ou “contrato social”, seu significado mais propagado; e as diversas formas de violência compreendidas como uso abusivo da força e traduzem uma instabilidade da situação social (GADEA, 2011).

Outra assertiva que traz a definição de violência refere-se uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém (CHAUÍ, 2002).

A violência pode ser produzida mediante o uso de meios que causem algum tipo de opressão, pelo emprego da força física ou até mesmo pela intimidação por poder, provocando um aviltamento na pessoa; e a pluricausalidade e diversidade de origens, dificultam as medidas preventivas contra a violência, visto não se ter estudos comprobatórios demonstrando se tratar de causas biológicas ou ambientais, embora, filósofos e cientistas sociais, venham solidificando a relevância dos aspectos sociais na violência. Sendo assim, explicar a violência ainda permeia pela subjetividade (MINAYO, 2013).

E a literatura estudada para produção desta pesquisa coloca que as mudanças no padrão de consumo de drogas, demográficas e socioeconômicas interferem na redução dos níveis de violência e criminalidade (PERES *et al.*, 2011).

4.1 A VIOLÊNCIA E SUAS FACES

A violência tonou-se presente rotineiramente na vida da população que reside na área urbana ou no campo, das mais variadas formas. Desde o primeiro relatório emitido pela ONU, em 2002, sobre a temática violência e saúde, a problemática violência avançou da esfera governamental-social para confluência com a saúde, e vem assombrando governos em todo o mundo (ONU, 2002; JACQUES; OLINDA, 2012).

Numerosas são as formas de violências, sua classificação considerará uma seleção de critérios, indício da realidade empírica, dos modos de combate a violência e de outras modalidades; o que torna difícil expressar todos os tipos. Podendo ser natural, própria do

ser humano, o que torna a todos vítimas potenciais; ou artificial, uma força excessiva exercida de um sobre o outro. Para melhor visualizar o fenômeno, pode-se classificá-la didaticamente em: provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória. E dessa forma, tem-se a violência contra a mulher, contra a criança, contra o idoso, o genocídio, o assassinato, e outras. (PAVIANI, 2016).

A violência, em suas variadas expressões (física, sexual, simbólica, psicológica e as vinculadas à negligência) é mutável, adquirindo novas formas e significados, de acordo com os padrões apresentados pela sociedade onde está inserido, do ponto de vista cultural, ideológico, social, tecnológico e histórico (SOUZA, 2015).

Por conseguinte, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2006), aborda as questões da etiologia e da pluricausalidade da violência quando se refere aos tipos de violência da seguinte forma:

- Violência contra a mulher - Entende-se essa violência como sendo qualquer comportamento, ação ou omissão, de discriminação, agressão ou coerção, produzida em virtude da vítima ser mulher, e que isso, resulte em lesão, morte, limitação, constrangimento, sofrimento moral, físico, sexual, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial.

- Violência de gênero - Violência sofrida em decorrência do gênero da vítima, ou seja, pelo fato de ser mulher ou homem, envolvendo todas as classes sociais, raça, religião, idade ou qualquer outra condição. A mulher é a vítima mais frequente desse tipo de violência; produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

- Violência doméstica - Este tipo de violência é assim denominado por ocorrer em domicílio, no ambiente doméstico da vítima, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

- Violência física - Refere-se a qualquer ação que provoque ferimento ou agrida propositalmente uma pessoa, empregando nessa ação a força física, objeto ou arma, resultando ou não em danos e lesões internas ou externas no corpo.

- Violência institucional - Este tipo de violência, caracteriza-se por envolver instituições públicas e privadas; manifesta-se numa relação de funcionários com o usuário/paciente, podendo ocorrer de várias formas: negligência e ineficácia no atendimento, discriminação (em decorrência de gênero, étnico-racial, econômica etc.),

falta de escuta e intolerância, desqualificação do saber do outro, uso de poder, massificação do atendimento e outros.

- Violência intrafamiliar/violência doméstica -Tipo de violência praticada por membros da família de convívio mais íntimo (pai, mãe, filhos, esposa, marido, sogra, sogro, padrasto ou outros), por afinidade (primo ou tio do marido, ou outros) ou afetividade (amiga ou amigo que residam na mesma casa ou fora). Geralmente, expressa-se como abuso físico, sexual, psicológico ou como negligência ou abandono.

- Violência moral - Ação destinada a caluniar, depreciar ou insultar a honra ou a reputação da mulher ou do homem.

- Violência patrimonial - Caracteriza-se por ação que provoque dano, subtração, desvio, retenção ou destruição de documentos pessoais, objetos, valores, bens e similares.

- Violência psicológica - Este tipo de violência manifesta-se por atitude designada a degenerar ou controlar comportamentos, crenças, ações, e decisões de outra pessoa, provocando intimidação, por meio de manipulação, ameaça direta ou indireta, isolamento, humilhação ou qualquer outra atitude que ocasione dano à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

- Violência sexual - É qualquer relação sexual ou tentativa de obtenção do ato sexual, em que a pessoa é obrigada a se submeter, contra a sua vontade, por meio de força física, coerção, sedução, ameaça ou influência psicológica. Também, considera-se como violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. É considerada crime, mesmo quando praticada por um familiar, pai, marido, namorado ou companheiro.

O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), considera que a violência sexual pode ser praticada na forma física, psicológica ou com ameaça, alcançando o estupro, e a tentativa de estupro.

A violência e mais precisamente sua forma mais impactante que é o homicídio sempre esteve presente em todos os momentos históricos do homem. A difundida história de Caim e Abel, presente na Bíblia é um conhecido exemplo de como é quase impossível falar de qualquer trajetória humana sem reconhecer a convivência com o uso da força, da experiência de dominação e das tentativas de exclusão do outro (MINAYO, 2012).

Apesar de ser um problema do cotidiano, a violência é de difícil interpretação e alguns historiadores entendem que suas formas acompanham as mudanças históricas no

espaço e no tempo e são termômetros da dinâmica social (MINAYO; CONSTANTINO, 2012).

Diversos autores têm relato um crescimento das formas de violência, como, a exclusão social, violência racial, violência sexual, violência escolar, violência criminal, violência ecológica; e por isso têm utilizado o termo “violência difusa”, para se referirem a essa pluralidade dos tipos de violência (SANTOS, 1999; 2004), e há uma viabilidade de todos serem vítimas (LEONIDIO, 2012). Michel Wieviorka (1997), relata essa disseminação das práticas violentas nas sociedades contemporâneas como comportamento de vários grupos da sociedade.

As causas sociais relacionadas a esta “violência difusa” podem estar no sistema que envolvem a exclusão social e econômica, alteração da concepção tradicional dos direitos Sociais, com a quebra do contrato e dos laços sociais, considerando além do Estado, a família, a escola, as religiões (LEONIDIO, 2012).

Diversas variáveis, conforme indicadas na literatura, podem estar associadas à presença ou ausência de violência, e dessa forma serem agrupadas em riscos de vitimização, a exemplo da falta de capital social e superposição de desvantagens; e, em proteção contra a violência, estando esta associada, entre outros, a presença de capital social e acesso a direitos, como, direito à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Dados de pesquisa demonstram que as localidades mais acometidas com a violência são aquelas que apresentam um empilhamento de carências. Também, a exposição à violência interfere na confiança interpessoal, refletindo na dificuldade de comunicação das pessoas entre si, podendo se estender para o poder público (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

4.2 CENÁRIO DA VIOLÊNCIA

A violência tornou-se presente rotineiramente na vida da população que reside na área urbana ou no campo, das mais variadas formas, associa-se as ocorrências do crime à construção de (in)segurança. Desde o primeiro relatório emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002, sobre a temática violência e saúde, a problemática violência avançou da esfera governamental-social para confluência com a saúde, e vem assombrando governos em todo o mundo (JACQUES; OLINDA, 2012; CESPEDES *et al.*, 2018).

As teorias da desordem, de territorialidade, de rotina de atividade e do espaço defendível, trazem a interseção de variáveis do meio ambiente com a criminalidade, retratando a preeminência espaço-ambiental nos episódios de homicídio (CESPEDES et al., 2018).

Nesse patamar, a violência, antes de ser um problema intelectual, apresenta-se como sendo uma questão da práxis sociopolítica que acomete, de forma material, a saúde dos cidadãos, gerando altos custos para as famílias, a sociedade, o sistema judiciário e penitenciário e impregna a cultura, atingindo principalmente crianças e jovens e originando muitas modalidades de discriminação e preconceito (MINAYO, 2013).

Na América latina, as formas de violência comumente identificadas são a violência estrutural, proveniente da organização social e econômica; violência criminal relacionado a práticas delitivas, em especial dos crimes contra o patrimônio, homicídio dolosos, a criminalidade, violações de direitos humanos, conflitos nas relações intersubjetivas; violência nos conflitos sociais agrários (SANTOS, 2002)

A literatura internacional coloca que as mudanças no padrão de consumo de drogas, demográficas e socioeconômicas interferem na redução dos níveis de violência e criminalidade (PERES *et al.*, 2011). Sendo o homicídio, um dos principais indicadores de criminalidade e indutor de alta reação social (CESPEDES *et al.*, 2018).

4.2.1 Violência no Brasil

Observa-se que a discussão da violência no Brasil tem desmazelado as concepções históricas da formação social dessas ocorrências no país. A relação da formação histórica de instituições como família, Igreja e Estado, e o problema da violência; outrora, o tratamento dispensado aos escravos na casa dos seus senhores, aos dias atuais, na violência interpessoal contra idosos, crianças e mulheres (LEONIDIO, 2012).

Sendo assim, a violência sempre esteve presente na sociedade brasileira, modificando apenas, a relação do homem com a violência, que se adequa ao momento histórico que se encontra (SOUZA, 2015)

Vêm-se demonstrando um movimento da violência ocorrida no ambiente privado transbordando para o domínio público; e isso pode estar relacionado as relações sociais que permearam a estrutura organizacional da sociedade brasileira desde o tempo colonial, centrado no núcleo familiar; e o relacionamento entre as pessoas baseava-se em

sentimentos e deveres. O “homem cordial”, assim denominado por Sérgio Buarque, que vem dessas relações sociais familiar, é tolerante com a violência desde que sua família e amigos não sejam atingidos; lembrando o ditado da Primeira República, “aos amigos a justiça, aos inimigos o rigor da lei” (LEONIDIO, 2012).

Na época da República, que maioria da população era rural, a violência de classe, uma demonstração de reação das elites ao dissabor dos trabalhadores rurais, valida um sentimento de desigualdade, que progressivamente vai se institucionalizando alusivo as relações entre as classes sociais no Brasil, que herdaram esse sentimento de desigualdade do período da escravidão (SANTOS, 2011; LEONIDIO, 2012).

Na “era Vargas” houve uma tentativa de reverter esse sentimento com um projeto de modernização nacional, ampliação dos direitos sociais e implantação para todos do projeto de educação pública e gratuita, porém, esses feitos não reverteram no país as mazelas coloniais. O período da ditadura militar, propiciou o crescimento do Estado policial e penal, entretanto, como no governo de Vargas, os direitos civis e políticos são circunscritos com violência. A partir de 1974, retornam as liberdades civis e os direitos políticos, que foram vistos por muitos autores como um alicerce para o Estado democrático de direito e das instituições políticas, embora continuasse crescente a desigualdade econômica, como também, os números da violência criminal e policial para espanto de muitos autores (LEONIDIO, 2012; ANDRADE, 2018).

Essa progressão da violência, foi associada por vários autores, as desigualdades sociais promovida pelo desmonte do Estado social, chamado de “flexibilização do trabalho” que levou ao crescimento do desemprego estrutural e da miséria; a repressão policial; a crise do sistema penal que, entre outros efeitos, o crescimento no campo, como na cidade, da segurança privada e da formas ilegais e violentas de solução de conflito, levando a chamada “democratização da violência”, onde todos são potenciais vítimas (SANTOS, 2002).

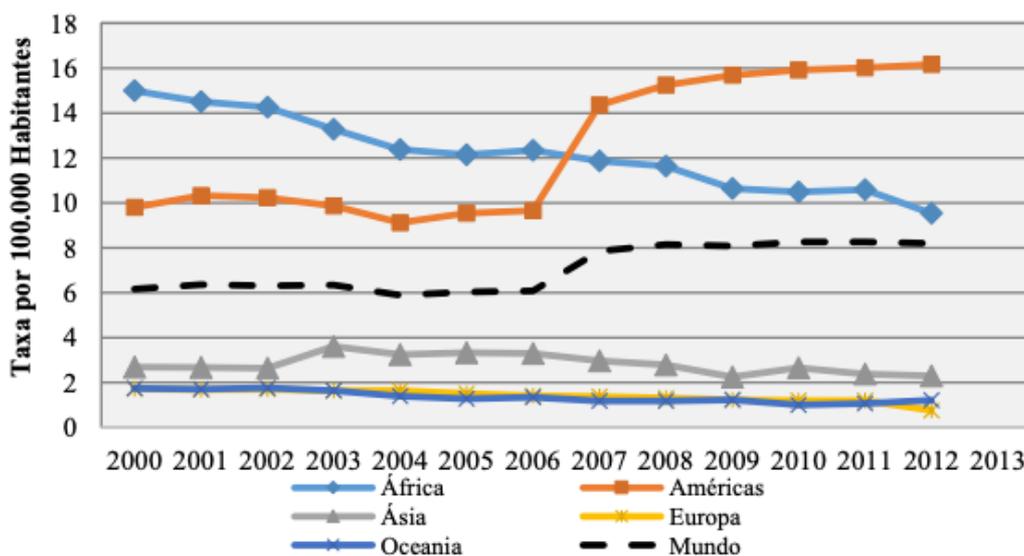
4.2.2 Homicídio no mundo, no Brasil e na Bahia

Segundo a legislação brasileira, homicídio é um crime passivo de ser atribuído uma pena a quem o comete. Pelo do arcabouço jurídico nacional, cujo objetivo consiste na proteção ao bem jurídico maior, a vida humana extra-uterina (JESUS, 2011). O artigo

121 do Código Penal Brasileiro, define homicídio como “matar alguém” e o seu tempo de reclusão baseia-se nas condições nas quais tal crime foi cometido (BRASIL, 1940).

As vítimas de homicídio chegam a cerca de meio milhão de pessoas a cada ano (MIKTON *et al.*, 2017). E, 16,3 homicídios por 100.000 habitantes foram registrados nas Américas (KATZ; HEDBERG; AMAYA, 2016).

Figura 1 - Evolução das taxas de homicídios no mundo e nos continentes por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013)

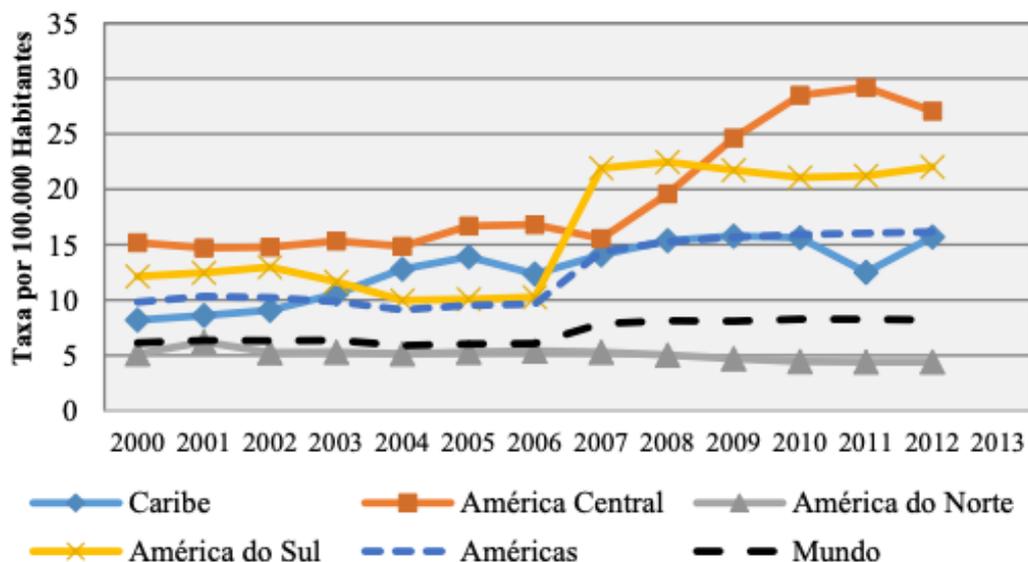


FONTE: CERQUEIRA *et al.*, 2018.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a taxa de homicídios, no período de 2000 a 2013, nas Américas e na África apresentaram-se em níveis mais elevados que a média mundial conforme demonstrado na Figura 1. Destacando o crescimento da taxa de homicídios das Américas a partir do ano de 2007 quando a ONU passou a contabilizar as ocorrências do Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

A taxa de homicídios da América do sul sobrepõe-se às Américas e ao mundo, a partir de 2007, sendo inferior apenas a média da América Central, conforme apresentado na Figura 2.

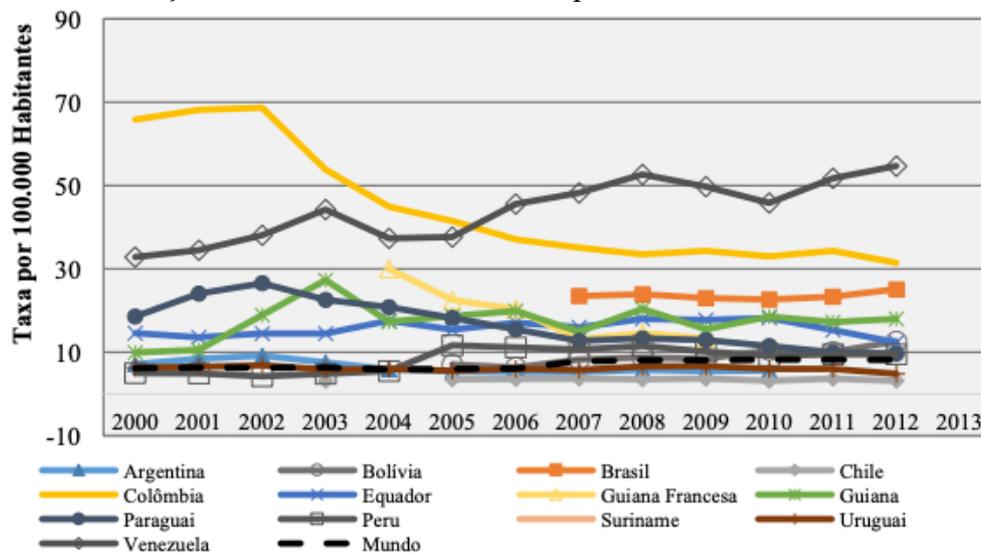
Figura 2 - Evolução das taxas de homicídios mundial e das américas por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013)



FONTE: CERQUEIRA *et al.*, 2018.

O Brasil, a Colômbia e a Bolívia destacam-se entre os países da América do Sul com as maiores taxas de homicídio (Figura 3).

Figura 3 - Evolução das taxas de homicídio dos países da América Latina, 2000-2013



FONTE: CERQUEIRA *et al.*, 2018.

Os homicídios são os grandes autores de destruir a vida de jovens. Os estudos demonstram que os números de homicídios vêm crescendo metodicamente no Brasil desde os anos 80, do século XX (FERREIRA, 2017). Têm-se considerado nos estudos,

variáveis individuais agregadas (perfil socioeconômico das vítimas) e variáveis ecológicas, que estão relacionadas ao ambiente em que vivia a vítima, homogeneidade étnica e taxa de desemprego, entre outros (BARCELLOS; ZALUAR, 2014).

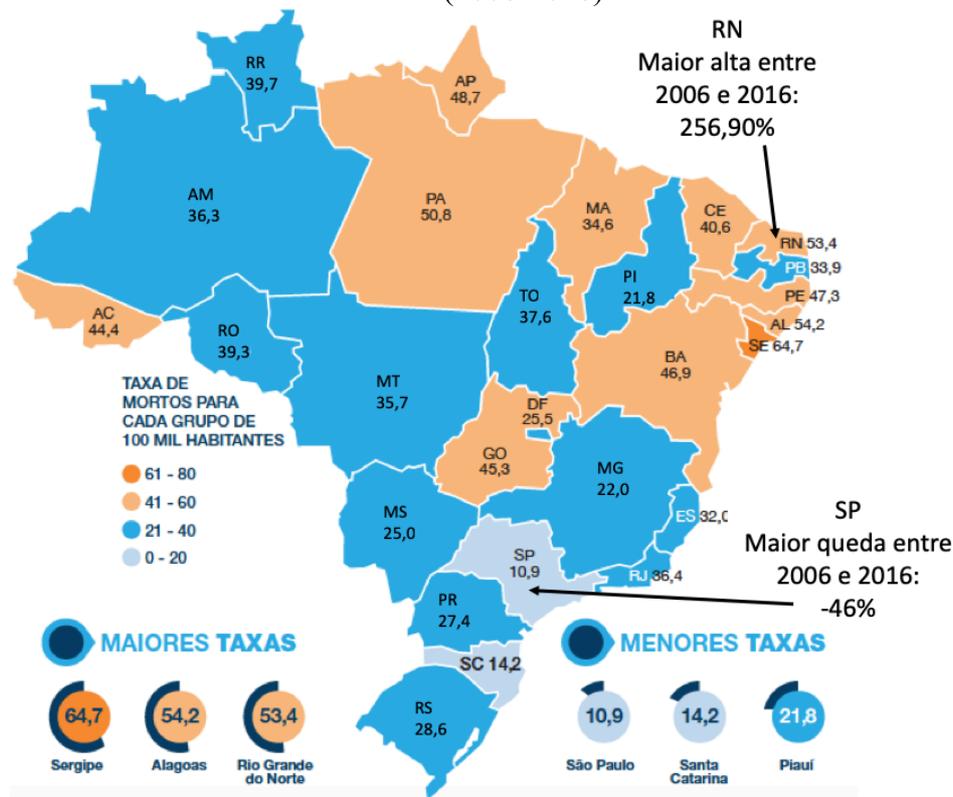
Com isso, embora a partir de 2003, crescesse o controle das armas de fogo, também cresceu o consumo de drogas ilícitas (2001 a 2007), levando a um crescimento nos índices de homicídios em regiões no passado pouco violentas (CERQUEIRA, 2014).

Chegando ao número de 553 mil pessoas vítimas da violência intencional (homicídio, as lesões corporais seguidas de morte e os casos de latrocínio) na década 2006-2016 no Brasil; sendo a arma de fogo o principal meio utilizado para este fim (CERQUEIRA *et al.*, 2018; RIBEIRO; SOUZA; SOUSA, 2017). Essas ocorrências fizeram com que os homicídios registrados no Brasil, no ano de 2013, representassem 10% do número total desses acontecimentos no mundo, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC (FERREIRA, 2017).

O número crescente desses tipos de casos chegou em 2016, a taxa de homicídio de 30,3 mortes por 100.000 habitantes, representando em números absolutos 62.517 mortes; e em 2017, ocorreram 65.602 homicídios, elevando a taxa para 31,6 mortes/100.000 hab. por esta causa. Esse crescimento, entre outras consequências, traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica, na economia e no social (CERQUEIRA *et al.*, 2018; ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Como outras formas de violência, os homicídios ocorrem de forma desigual dentro de um país, um estado e até dentro do município, visto que algumas localidades, por uma carência apresentada em diversos segmentos, apresentam maiores risco de vitimização. Embora esse diagnóstico seja a tempo conhecido, os números crescentes de homicídios no Brasil, demonstram que os cenários se mantêm (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

Figura 4 - Infográfico com variação nas taxas de homicídio por Unidade Federativa do Brasil (2006-2016)



FONTE: Adaptado de CERQUEIRA *et al.*, 2018

Observou-se na década de 2006 a 2016, uma oscilação nas taxas de homicídio das Unidades Federativas (UF) do Brasil, de crescimento de 256,9% no Rio Grande do Norte a uma redução de 46,7% em São Paulo. Apenas oito UF do país conseguiram reduzir suas taxas, as demais apresentaram aumento de 50% a mais de 100% nesse período. Os maiores crescimento dos homicídios foram registrados nas UF das regiões Norte e Nordeste (CERQUEIRA; *et al.*, 2018). Em 2017, manteve-se essa mesma tendência (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Segundo os dados apresentados no Atlas da Violência de 2018 (CERQUEIRA *et al.*, 2018), a Bahia apresentou o quinto maior crescimento da taxa de homicídio do país, correspondendo a um aumento de 97,8%, passando de 23,7, em 2006, para 46,9 por 100.000 habitantes, em 2016; e as maiores vítimas são os jovens de 15 a 29 anos (de 45,6 para 114,3 por 100.000 hab.), negros (de 25,6 para 52,4 por 100.000 hab.) e mulheres (3,3 para 5,7 por 100.000 hab). Em 2017, novamente um estado da região Nordeste, o Ceará, registrou o maior crescimento na taxa de homicídio no Brasil, incluindo a população jovem e mulheres; sendo esse aumento atribuído a associação de arma de fogo,

drogas ilícitas e desfecho de conflitos interpessoais, além da presença de facções criminosas dentro e fora de presídios do estado (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

4.3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A multietnicidade, a convivência plural e democrática e a unidade na diversidade, são pontos desafiantes para educação do século XXI, visto que, as relações de desconfiança, violência e agressão manifestam-se intra e extra-muros (FERREIRA; SILVEIRA; PEIXOTO, 2013).

A educação é uma importante ferramenta na prevenção da violência, todavia quando se trata de violência no âmbito escolar deve-se ressaltar que indisciplina, incivilidade e *bullying* são situações diferentes de violência e diferentes entre si e que devem ser conhecidos, analisados e discutidos pela sociedade como um todo, mas principalmente pelos atores envolvidos no ambiente educacional (JORGE, 2007).

Dessa forma, o conceito de indisciplina é relacionado estreitamente ao seu oposto, ou seja, à definição de disciplina e tende a ser conceituado pela negação ou privação desta, ou pela desordem oriunda da transgressão de regras previamente estabelecidas. Indisciplina refere-se, portanto, ao “procedimento, ato ou dito, contrário à disciplina”. Portanto, indisciplinado é aquele que se “insurge contra a disciplina; rebelde; que não tem disciplina” (FERREIRA, 1999). Entende-se por comportamento inadequado, ou indisciplinado, o que transgride ou ignora as normas estabelecidas.

Por conseguinte, entende-se que incivilidade seja uma enorme variedade de fatos, que envolve ações de indelicadeza, má criação das crianças ao vandalismo, passando pela presença de vagabundos, a grupos juvenis de desordeiros. As incivildades mais inofensivas parecem ameaças contra a ordem estabelecida transgredindo códigos elementares da vida em sociedade, o código de boas maneiras. Elas podem ser do barulho, sujeira, impolidez, tudo que causa desordem (LATTERMAN, 2000).

Enquanto que *bullying* é uma palavra de origem inglesa, adotada em vários países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão. Sendo uma definição universal, *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de

grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying* (FANTE, 2005).

Por fim, o conceito de violência já foi anteriormente mencionado, o qual trata-se do uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém (CHAUI, 2002).

Portanto, é inegável o papel da educação nas ações de prevenção da violência, contudo esse fenômeno social não deve ser confundido ou mesmo mal interpretado ou definido, pois é utilizando dessa linha de raciocínio como pressuposto que se conseguirá abrir uma excelente e fundamentada vertente para o diálogo e o estudo da violência que ocorre na escola, para que o assunto possa ser conhecido e fundamentado teoricamente, evitando-se a sua banalização. Deste modo, não há como se falar no papel da educação na prevenção da violência se ela encontra-se presente no meio pedagógico, ambiente este que deveria ser isento de pressões, de angústias de sofrimentos, mas pelo contrário deveria esbanjar motivação e prazer, onde as pessoas se ajudam e enriquecem de conhecimentos, durante os processos educativos de ensino e aprendizagem (JORGE, 2007).

A construção coletiva de ideias viáveis que possam ser executadas não apenas no meio educacional, mas por toda a sociedade deve partir dos vários atores, envolvidos no ambiente pedagógico, pensando, discutindo, analisando e trabalhando de forma conjunta. Dinâmicas de grupos, dramatizações e discussões de dilemas morais e fatos ocorridos ou passivos de ocorrer são formas de proposta de intervenção que envolve a toda uma comunidade. Em consequência, bons exemplos e trabalhos bem-sucedidos difundem-se facilmente contagiando outras comunidades, localidades, cidades e regiões (GONÇALVES, 2005).

Corroborando com esse pensamento, Cerqueira e Lobão (2004) apud Skolnick e Bayley (2002), fazem uma crítica ao modelo tradicional de policiamento, podendo ser sintetizada em sete pontos:

“a) o aumento do número de policiais ou o aumento do orçamento da polícia não reduz, necessariamente, as taxas de criminalidade, nem aumenta a proporção dos crimes resolvidos, que seriam melhores explicados por questões sociais, como renda, desemprego, população e heterogeneidade social;

- b) o patrulhamento aleatório motorizado ou a pé não reduz o crime ou aumenta a probabilidade de detenção dos criminosos, embora a última reduza o medo do crime pelo cidadão;
- c) não há diferenças entre o policiamento em viaturas com um ou dois policiais, em termos de redução do crime, detenção do criminoso e vulnerabilidade do policial;
- d) policiamento mais intenso numa região, embora possa fazer diminuir a criminalidade na mesma, desloca a dinâmica criminal para outra área;
- e) o cerco perfeito ao crime é um evento raro;
- f) o tempo de resposta não é tão fundamental já que passado apenas um minuto de ocorrido o crime a probabilidade de detenção do criminoso é inferior a 10%, ao mesmo tempo em que os cidadãos pareceriam desejar respostas mais previsíveis e seguras a respostas rápidas; e
- g) as investigações criminais são pouco eficazes na resolução dos crimes, uma vez que normalmente esses são solucionados ou porque os delinquentes foram presos imediatamente, ou porque alguém do público identifica o criminoso, fornecendo informações do endereço, da placa do carro, ou de algo do gênero, ou porque alguém do público colabora posteriormente com alguma informação crucial para a detenção do delincente.”

Sendo assim, a educação se estabelece como uma importante ferramenta na prevenção da violência, funcionando como um verdadeiro antídoto para esta problemática social. Portanto, há a necessidade de investimentos em educação a fim de que ocorra a superação de problemas motivadores da violência, como a desigualdade social e a geração real e factível dos direitos de cidadania (MINAYO, 2013).

A educação pode e deve ser uma forma política de atuação na prevenção e também combate à violência, de forma a gerar resultados a médio e longo prazo. Visto que além de desenvolver as noções de moralidade, de civilidade, de relações dialógicas e de solidariedade entre os indivíduos, o capital humano proveniente da educação aumenta a inclusão social e as perspectivas de inserção no mercado de trabalho, desmotivando e afastando os jovens das atividades criminosas (BECKER, 2012).

4.4 A INTERSETORIALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A intersetorialidade é um tema que ainda não possui consenso na sua conceituação. Estudioso do assunto, relacionam o tema a inovações implantadas para resolver problemas sociais que não tem sua solução na gestão tradicional. Sua prática é

construída através do coletivo de instituições e pessoas, articuladas em rede, com o intuito de reerguer a sociedade civil. A interligação de diferentes tipos de intervenção dos diversos tipos de política, compõe as ações sociais entendidas na intersectorialidade das políticas públicas (COUTO et al., 2018;

O uso da estratégia de rede, como abordagem intersectorial, possibilita o compartilhamento das responsabilidades entre os atores envolvidos (COUTO et al., 2018). Essa nova forma de organização social, do Estado ou da sociedade baseia-se na colaboração entre entes autônomos com objetivos comuns (FIORATI et al, 2014)

A estratégia intersectorial ocorre com a abrangência de diversos setores da administração pública e segmentos da sociedade civil (FIORATI et al, 2014). Não existe uma “receita de intersectorialidade” , cada caso deve ser analisado e demandar a articulação de forma singular a atender as necessidades da situação (ALKERMAN *et al*, 2014), e de forma consensual intervir a fim de produzir os efeitos necessários (FIORATI et al, 2014).

A intersectorialidade tem a capacidade de ser mais resolutiva, permitindo uma resposta mais abrangente aos problemas sociais. E assim, tal como, a interdisciplinaridade é um processo complexo, que requer de frontamento de situações ambíguas, restrições e de relutância (ROCHA; ROMAGNOLI, 2015).

A interdisciplinaridade pode ser entendida por diversos conceitos. Para Pereira (2009) em processos de diálogo entre o conhecimento racional e sensível e na agregação de diversos saberes essenciais na vida. Piaget (1981), compreende o tema como uma troca e associação de ciências variadas. Fazenda (1999), interpreta como ação transmitida pela mudança de postura frente ao saber, através da mudança de um entendimento fragmentado para o todo do ser humano.

Sua origem está nas transmutações ocorridas na conduta frente a ciência e a percepção da realidade, bem como, no incremento das concepções político-administrativas do ensino e pesquisa, ocorridas nas entidades científicas (BONATTO *et al*, 2012). No Brasil, as discussões sobre o tema, iniciaram-se na segunda metade do século XX, com a proposta de integração dos diferentes conhecimentos originados das diversas ciências (OLIVEIRA; SANTOS, 2017).

A originalidade da interdisciplinaridade resulta de questionamentos, continuamente presente na história da humanidade: como o homem pode conhecer? Como ocorre a conexão do homem com a natureza e sociedade? Está isolado ou participa

de uma rede de relações? Qual o formato e fundamento utilizado para transmitir esse conhecimento? (PERERIRA, (2009)

Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade tem seu alicerce na tríade amplitude, profundidade e síntese. A amplitude relaciona-se ao conhecimento e informação; a profundidade avalia a disciplina e/ou conhecimento e informação interdisciplinar necessários a execução da tarefa; e na síntese, ocorre a integração do processo (JAPIASSU, 1976).

Desse modo, ressalta-se a importância do olhar interdisciplinar para a dialogicidade na intersectorialidade de forma bilateral e permanente. Visto que, para uma construção coletiva e coordenada para uma atuação social faz-se indispensável a simetria dialógica e intersubjetiva, com a participação de entes públicos, privados e a sociedade civil (MENDES, 2011).

Sendo a violência um dos temas mais impactantes na morbimortalidade da sociedade atual, exigindo assim, no planejamento e ações de sua prevenção e enfrentamento, o diálogo articulado entre os diversos segmentos públicos, privados e sociedade civil, a fim de atender as suas vítimas na integralidade, assegurando uma atuação intersectorial e interdisciplinar de qualidade nos diversos segmentos.

Um número crescente de estudos científicos mostra que a violência pode ser evitada, porém, muitos casos nunca chegam ao conhecimento da polícia ou dos serviços médicos, demonstrando assim, que não se pode prevenir a violência sozinho. Enfatizando o trabalho em parceria, com abordagem interdisciplinar e intersectorial, mediante elaboração de agenda compartilhada de prevenção à violência com um foco comum, que pode estar direcionado à prevenção aos fatores de risco e causas fundamentais da violência (OMS, 2002).

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 CONTEXTO E AMOSTRA

Trata-se de um estudo do tipo descritivo, com a perspectiva de delinear e interpretar um fato ou fenômeno sem que houvesse a intervenção do pesquisador (DUARTE *et al.*, 2009; PRODANOV; FREITAS, 2013), com abordagem quantitativa e qualitativa permitindo a complementaridade ao apreciar o objeto de estudo (MINAYO; SANCHES, 1993), sendo utilizada para responder à questão da pesquisa, elementos da fala de membros da Associação de Moradores, Motoristas, Criadores e Agricultores Rurais de Maniçoba Velha (AMMCARMV), além de registro e análise dos fatos, bem como, foram apontados em números absolutos e a frequência das respostas dos participantes do estudo.

Neste caso, visando atender às fases do estudo descritivo, a pesquisa constou das seguintes etapas:

1ª Etapa – Contextualização e revisão do problema:

Foi realizada a revisão bibliográfica, a fim de identificar a gravidade da problemática estudada, visando compreender o fenômeno da violência e como ele atua em uma comunidade ribeirinha, pertencente a um município do sertão baiano.

2ª Etapa - Desenvolvimento dos procedimentos do estudo:

Nessa etapa, realizou-se contato com a AMMCARMV, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA e verificou-se a periodicidade das reuniões da associação. A AMMAMV foi escolhida por ter entre seus associados representantes de diversos segmentos da sociedade civil, como professor, agricultor, agente comunitário de saúde, motorista, comerciante, estudante, dentre outros.

O questionário foi entregue para preenchimento aos participantes do estudo – como também, coletou-se dados dos homicídios entre os anos de 2016, 2017 e 2018, na Seção de Estatísticas, da Coordenação de Planejamento Operacional (CPODE), do Comando de Policiamento da Região Norte/PMBA/SSP-BA, com sede em Juazeiro - BA.

3ª Etapa - Tratamento dos resultados e discussão:

O tratamento dos dados, recolhidos nos questionários de opiniões e os registros do CPODE no banco do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e as questões não estruturadas foram analisadas, categorizadas e digitadas no *Interface de R pour les*

Analyses. Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), interpretada e discutida em seguida.

5.2 DESENHO DO UNIVERSO ESTUDADO

Localizada ao norte do estado da Bahia, e, ao sul, na margem direita do rio São Francisco, o município de Juazeiro (Figura 5), integra a microrregião do Baixo Médio São Francisco, com uma extensão territorial de 6.390 km² e população estimada de 215.183 habitantes (IBGE, 2018).

Distante 504 km da capital, Salvador; e embora esteja no polígono das secas, de uma região semiárida do Nordeste brasileiro, possui posição privilegiada, já que está num entroncamento rodoferroviário, fluvial e aéreo. Seu clima é do tipo tropical semiárido, a caatinga é a vegetação predominantemente, e o seu nome é uma homenagem ao juazeiro, árvore típica do bioma Caatinga.

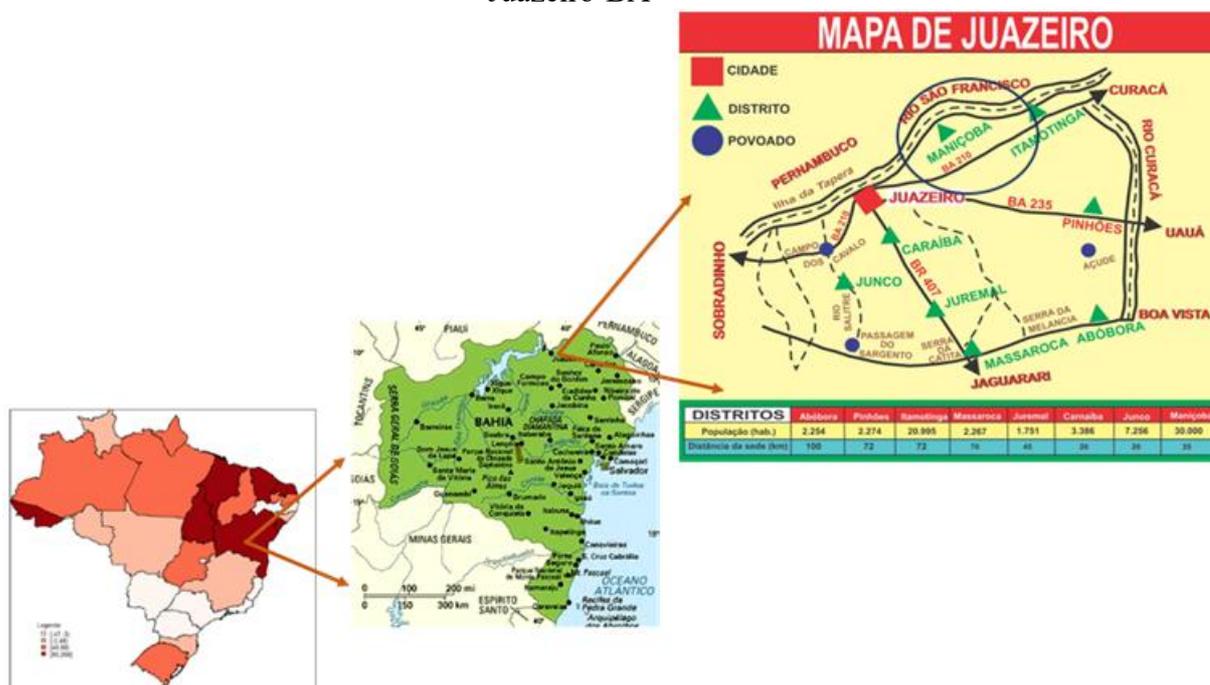
A agricultura irrigada, desde as décadas de 1970, é o forte da sua economia; embora sua vocação econômica sempre esteve ligada à sua excepcional situação locacional, que já lhe rendeu o título de empório comercial do sertão (JUAZEIRO, 2018). A divisão do território em 8 distritos é datada de 1988: Juazeiro, Abóbora, Carnaíba do Sertão, Itamotinga, Junco, Juremal, Massaroca e Pinhões (IBGE, 2007).

Data do período de 1975-1981, a construção do projeto de irrigação denominado de Maniçoba. Distante da sede do município em 34 km, sua principal via de acesso é a BR 210 (JUAZEIRO, 2017). Inicialmente, em 1980, o projeto representava uma área de 4.293 ha, ocupada por 234 lotes de pequenos irrigantes em uma área de 1.889 ha, e por 80 lotes empresariais em 2.379 ha. Possui dois núcleos habitacionais e um centro técnico-administrativo. Sua área irrigável, atualmente totalizam 807 ha, sendo 63% área empresarial, que recebem a água para a irrigação de três estações de bombeamento (CODEVASF, 2018).

Ainda segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF, 2018), o Valor Bruto de Produção (VBP) do distrito de irrigação do perímetro de Maniçoba é composto, principalmente, pela manga, a cana-de-açúcar e a uva. Em 2017, essas culturas representaram, respectivamente, 62%, 21% e 5% da área cultivada. Destaca-se o rendimento da uva, que cultivada em 5% da área, representou 15% do VBP total. Outro destaque é a área cultivada em lotes familiares, representando

50% do total da área cultivada no projeto e contribuindo, através da comercialização da manga, com 40% na composição do VBP total. Também, a geração de empregos, em 2017, 7.956 empregos diretos e 11.934 e empregos indiretos, com uma produção de 252.695 toneladas de alimentos.

Figura 5 - Representação cartográfica da localização do distrito de Maniçoba, em Juazeiro-BA



FONTE: Adaptado do IPEA e Google Maps.

5.3 AMOSTRA / POPULAÇÃO – ALVO

A atividade investigativa foi realizada com duas amostras: membros da AMMCARMV e o banco de dados do CPODE.

Para definição dos elementos da amostra, considerou-se o número de associados a AMMCARMV e o número de registros de homicídios ocorridos no distrito irrigado Maniçoba.

A seleção da amostra, para responderem ao questionário, considerou, os critérios de inclusão (ter maioria, ser associado à AMMCARMV, participante na reunião da AMMCARMV e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE) e exclusão (não ter conhecimento sobre a violência na sua comunidade). Os questionários

foram coletados na reunião da associação ocorrida no mês de outubro do ano de 2018, estando presentes 20 associados.

Do total dos 20 membros da AMMCARMV presentes na reunião (100%), participaram do estudo 11 associados (55%).

Do banco de dados do CPODE, foram selecionados 100% das ocorrências registrada nos anos de 2016, 2017 e 2018.

5.4 SELEÇÃO DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Foi escolhido a aplicação de questionário, com questões claras, objetivas e subjetivas, como técnica de investigação, pela possibilidade de aplicá-lo a várias pessoas e serem respondidas com ou sem a presença do pesquisador (LAVILLE; DIONE, 1999).

5.5 COLETA DE DADOS

A aplicação do instrumento tipo questionário, visou o levantamento de ideias/conceitos dos associados, acerca da gravidade das consequências da violência, assim como da implementação de uma metodologia interdisciplinar como ferramenta nas ações de prevenção da violência.

Os dados foram coletados a partir do questionário, os quais foram apresentados à direção da associação, quando se explicou os objetivos da investigação, o papel essencial da colaboração do grupo e a garantia ao anonimato dos inquiridos. Os questionários foram entregues aos associados interessados em participar, quando da visita do pesquisador à sede da associação, quando da reunião mensal do mês de outubro de 2018, para o preenchimento dos mesmos.

Foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas adaptado do modelo de questionário JUVIPOL - Juventude, Violência e Polícia (UCAM, 2011), com três blocos:

Bloco I – composto por questões, relativas à caracterização do entrevistado e nível de escolaridade;

Bloco II – composto por questões objetivas sobre aspectos da violência;

Bloco III – composto por questões subjetivas sobre a violência e como se prevenir dela.

Para coleta dos dados secundários no banco de dados do CPODE, foi utilizado um instrumento.

Neste estudo, considerou-se roubo, o ato de apoderar-se de algo alheio sem uso de violência.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

Foi realizado a análise e crítica dos questionários devolvidos, as respostas as perguntas objetivas foram digitadas em planilha no programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) versão 17.0.

As questões subjetivas foram analisadas com o auxílio do *software Interface de Recherche pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ), no Núcleo de Epidemiologia e Saúde (NES) da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; e análise de conteúdo de Bardin (2011).

As falas em resposta as questões subjetivas foram digitadas e optou-se por agrupá-las, assumindo uma integridade grupal. Em seguida, o material textual decorrente das falas foi organizado em três categorias separadamente, que geraram três *corpus* cujas linhas foram analisadas de forma monotemática e temática, sendo que esta última permite analisar mais de um tema (SILVA; ENUMO, 2016). Assim, foi realizado a análise dos relatos organizados nas categorias como se protege da violência ou sentir-se mais seguro (categoria 1), como reduzir a violência no distrito de Maniçoba (categoria 2) e com o agrupamento das falas obtidas nas duas categorias (categorias 1 e 2).

O conteúdo textual dos três *corpus* foram submetidos à análise por nuvem de palavras, pelo IRAMUTEQ. As análises estatísticas possíveis de realizar sobre os *corpus* textuais neste software contribui com as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que utilizam o conteúdo simbólico (SILVA; ENUMO, 2016).

A identidade dos participantes da pesquisa foi preservada atribuindo a letra R seguida de um número, como código de identificação.

5.7 MATERIAL INFORMATIVO

Foram elaboradas cartilhas informativas para profissionais e estudantes, com conteúdo voltado a prevenção, identificação dos tipos de violência e orientação sobre o que fazer em situações de violência.

O conteúdo foi abordado em três partes: na primeira parte foi apresentado os tipos de violência; na segunda parte ações de prevenção; e na terceira parte a rede de apoio em situações de violência.

As cartilhas para profissionais e estudantes foram confeccionadas em folha de papel A4, no formato paisagem e meia folha, com 29 e 24 páginas, respectivamente. Foram utilizadas frases facilmente compreendidas por qualquer pessoa interessada no assunto, com ilustrações coloridas e jogo educativo, proporcionando uma livre utilização do material.

Para produção das imagens foi utilizado programa para desenho *MyPaint* e formatação com auxílio do *Word* e *PowerPoint*.

A distribuição da cartilha informativa acontecerá em escolas, unidades de saúde, ou outros locais que se interessem em aplicar o material.

5.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Anexo A) no dia 01 de setembro de 2018, por meio do parecer 2.867.519 e está registrada sob o nº 91139718.9.0000.5196, respeitando as questões éticas pertinentes à pesquisa com seres humanos a partir das Resoluções Nº. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

6 RESULTADOS

6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO.

Foi realizado a caracterização dos participantes do estudo utilizando-se as variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar.

Na variável sexo, observou-se uma discreta predominância do sexo feminino, com 54,5% dos participantes, e uma maior distribuição na faixa etária de 40 a 49 anos (45,5%), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por sexo e faixa etária, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA 2018

VARIÁVEIS	Número (N)	Porcentagem (%)
Sexo		
TOTAL	11	100
Feminino	6	54,5
Masculino	5	45,5
Faixa Etária		
TOTAL	11	100
18 a 19 anos	1	9,1
20 a 29 anos	2	18,2
30 a 39 anos	2	18,2
40 a 49 anos	5	45,5
50 a 59 anos	0	0,0
60 a 69 anos	1	9,1
70 anos e mais	0	0,0

FONTE: Autor

Foi identificado que 100% dos participantes são alfabetizados, a maioria possui o Ensino fundamental completo ou fundamental incompleto, totalizando 36,4% em cada categoria (Tabela 2). Também na Tabela 2, visualiza-se que 81,8% das pessoas que responderam o questionário possuem renda familiar de 1 a 3 salários mínimos.

Tabela 2 - Distribuição dos participantes por grau de escolaridade e renda familiar, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA 2018

VARIÁVEIS	Número (N)	Percentagem (%)
Grau de Escolaridade		
TOTAL	11	100
Ensino fundamental completo	4	36,4
Ensino fundamental incompleto	4	36,4
Ensino médio completo	0	0,0
Ensino médio incompleto	2	18,2
Superior completo	1	9,1
Superior incompleto	0	0,0
Renda Familiar		
TOTAL	11	100
Até 1 salário mínimo	1	9,1
De 1 a 3 salário mínimo	9	81,8
De 3 a 5 salário mínimo	1	9,1
Acima de 5 salário mínimo	0	0,0
Sem renda	0	0,0

FONTE: Autor

6.2 UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE DE MANIÇOBA

O problema da violência na comunidade de Maniçoba é considerado por 54,5% dos participantes como muito sério e 72,7% relataram que essa situação vem aumentando nos últimos três anos (Tabela 3).

Tabela 3 - Concepção dos participantes sobre a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018

VARIÁVEIS	Número (N)	Porcentagem (%)
O problema da violência na comunidade		
TOTAL	11	100
Muito sério	6	54,5
Um pouco sério	1	9,1
Sério	2	18,2
Não muito sério (nada demais)	2	18,2
Nada sério (sem importância)	0	0,0
A violência nos últimos três anos		
TOTAL	11	100
Vem aumentando	8	72,7
É mais o menos o mesmo	3	27,3
Decresceu	0	0,0

FONTE: Autor

O percentual dos participantes que foram vítimas de violência ou tiveram alguém próximo como vítima foi de 81,8%; e 54,5% presenciou algum ato de violência na comunidade nos últimos três anos, conforme apresentado na Tabela 4.

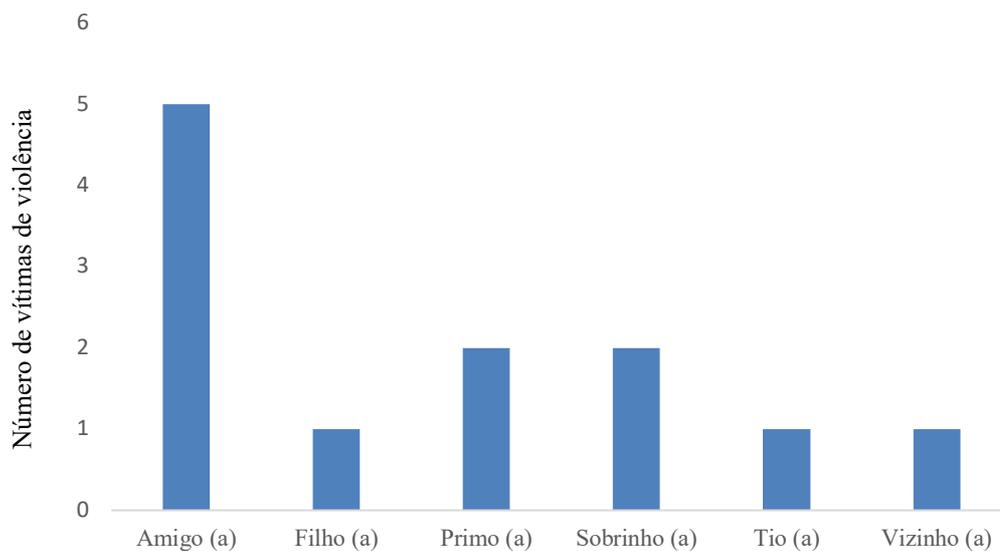
Tabela 4 - Os participantes e acontecimentos de situação de violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018

VARIÁVEIS	Número (N)	Porcentagem (%)
Você (ou alguém próximo) foi vítima de violência		
TOTAL	11	100
Sim	9	81,8
Não	2	18,2
Você presenciou ato de violência		
TOTAL	11	100
Sim	6	54,5
Não	5	45,5

FONTE: Autor

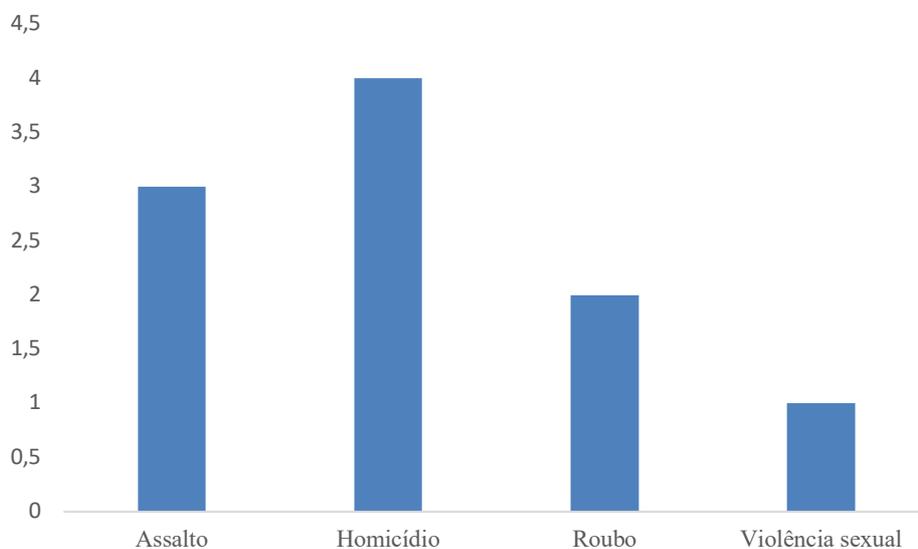
Os participantes expressam a proximidade com a violência na comunidade da Maniçoba, relatando amigos (41,7%) como as principais vítimas desses atos (Figura 6), e o homicídio (40%), seguido do assalto (30%), como o tipo de violência que foram vítimas (Figura 7).

Figura 6 - Representação gráfica das principais vítimas da violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018



FONTE: Autor

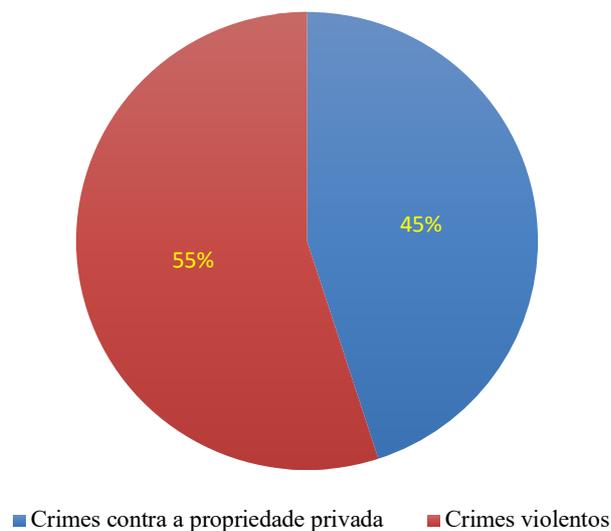
Figura 7 - Representação gráfica dos principais tipos de violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018



FONTE: Autor

Os crimes violentos acontecem com maior frequência na comunidade de Maniçoba, segundo informado por 55% dos participantes (Figura 8), com destaque para o assalto e homicídio.

Figura 8 - Representação gráfica dos crimes mais comuns no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018



FONTE: Autor

6.2.1 Violência X Segurança

O sentimento de insegurança foi expresso pela maioria dos participantes (90,9%), desses, 54,5% sentem-se inseguros e 36,4% muito inseguros no quesito segurança na sua comunidade (Tabela 5).

Também na Tabela 5, observa-se que os participantes mencionaram que o nível de proteção policial na comunidade continua mais ou menos o mesmo (72,7%) nos últimos três anos.

Tabela 5 - Expressão do sentimento em relação a segurança e proteção policial dos participantes, distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018

VARIÁVEIS	N	%
Sentimento em relação a segurança		
TOTAL	11	100
Muito inseguro	4	36,4
Inseguro	6	54,5
Seguro	1	9,1
Muito Seguro	0	0,0
Proteção policial na comunidade		
TOTAL	11	100
Diminuiu	3	27,3
Continua mais ou menos o mesmo	8	72,7
Aumentou	0	0,0

FONTE: Autor

Na percepção dos participantes, a causa da violência na comunidade de Maniçoba está relacionada às drogas (45,5%), seguida pelo desemprego e tolerância com criminosos sentenciados, com 18,2% cada (Tabela 6).

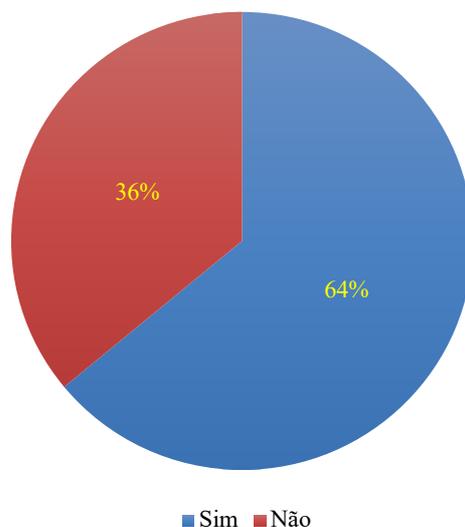
Tabela 6 - Percepção dos participantes sobre a causa da violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018

VARIÁVEIS	N	%
Causa mais importante da violência		
TOTAL	11	100
Desemprego	2	18,2
Pobreza	1	9,1
Droga	5	45,5
Tolerância com criminosos sentenciados	2	18,2
Falta de educação dos menores	1	9,1

FONTE: Autor

No Figura 9, visualiza-se que 64% dos participantes demonstraram interesse em participação de grupos para prevenir a violência, dialogar e buscar soluções para conflitos, criando alternativas, de modo a minimizar ao máximo essas ocorrências.

Figura 9 - Representação gráfica da intenção de participação em grupos de prevenção a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2018



FONTE: Autor

6.3 PROTEÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA: O QUE FAZER?

Os *corpus* textuais analisados pelo *software* IRAMUTEQ continham relatos das categorias: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a) e, Como reduzir a violência na comunidade, sobre as quais inicialmente foi realizado uma análise monotemática.

Apresentam-se nos resultados, as nuvens de palavras (Figura 6 e 7) dos temas abordados, gerados das duas categorias.

As palavras apresentadas em maior tamanho foram aquelas cuja frequência nos discursos foi recorrente.

6.3.1 Categoria 1: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a)

Figura 10 - Nuvem de palavras da categoria 1: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a), distrito de Maniçoba, Juazeiro - BA



FONTE: Autor

As principais palavras relacionadas a categoria 1 - Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a), estão apresentadas na Figura 10.

Entre as palavras com maior número de repetições nas falas dos participantes da pesquisa, destaca-se na Figura 10, as palavras “evitar” e “sair”, visto que elas transmitem a privação da convivência social a qual a sociedade é submetida em virtude da violência, bem como, a forma utilizada por eles para se esquivar de possíveis adversidade.

De modo geral, o sentimento expresso na fala dos participantes de como se protegerem da violência, revela insegurança ao sair de casa, desacompanhados, especialmente a noite; frequentarem lugares “perigosos” e portarem algum objeto que possa ser alvo de interesse dos meliantes. O trecho a seguir demonstra esse contexto:

“...andar sempre atento, não usar telefones ou coisas valiosas na rua e não andar sozinho a noite” (R2)

“...evito locais contaminados por certos indivíduos e confio em Deus...” (R7)

6.3.2 Categoria 2: Como reduzir a violência na comunidade

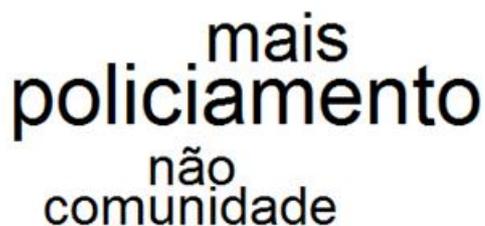
Os discursos relativos a categoria 2 – Como reduzir a violência na comunidade, indicam a necessidade de policiamento na comunidade, combate as drogas, ações educativas e geração de empregos. Os trechos a seguir retratam o contexto das falas relacionadas a categoria 2:

“Mais policiamento e capacitar os policiais ...”(R9)

“... combater as drogas.” (R6)

“... Educar o povo. Gerar mais empregos.” (R4)

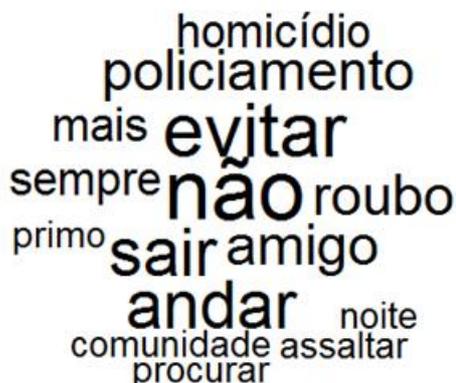
Figura 11 - Nuvem de palavras da categoria 2 – Como reduzir a violência na comunidade, no distrito de Maniçoba, Juazeiro - BA



FONTE: Autor

Na Figura 12 apresenta-se a nuvem de palavras gerada do agrupamento das falas obtidas no *corpus* textual da categoria 1- Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a) e da categoria 2 - Como reduzir a violência no distrito de Maniçoba; observa-se na figura a interconexão entre as palavras, percebendo-se a forte relação do não, palavra central, com o evitar, roubo, sair, andar. Fazendo uma análise temática, a representação apresentada nesta figura, traz uma relação bem forte com a insegurança e os tipos frequentes de violência relatados pelos participantes do estudo.

Figura 12 - Nuvem de palavras das categorias: Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro(a) e Como reduzir a violência no distrito de Maniçoba, Juazeiro - BA



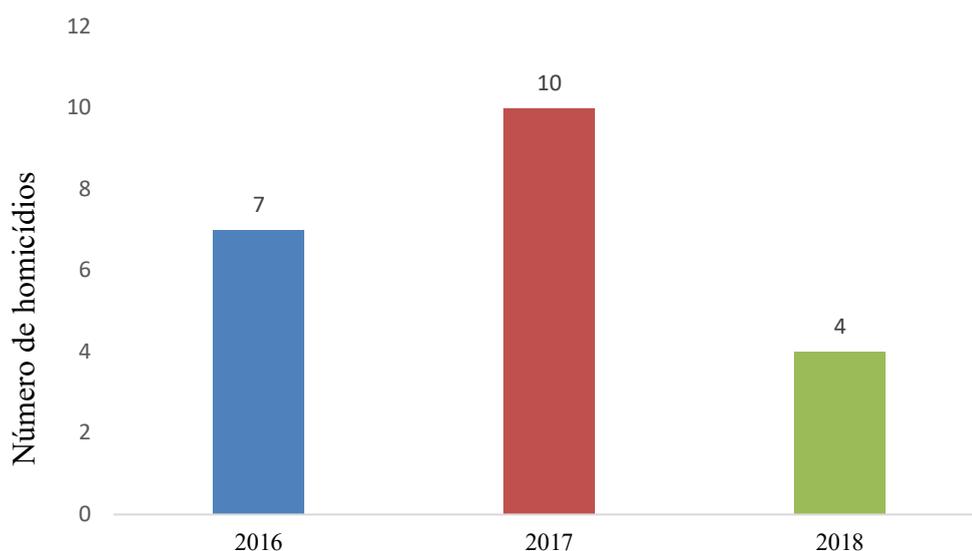
FONTE: Autor

Evidencia-se, na Figura 12, que a palavra “homicídio”, entre as formas de violência, sobressai-se na fala dos participantes, relacionando-se com o pedido de “mais” “policiamento” de modo a “evitar” estas ocorrências na “comunidade”.

6.4 HOMICÍDIOS NA MANIÇOBA, 2016-2018.

No Figura 13, percebe-se o crescimento no número de homicídios ocorridos no período de 2016 a 2017, e seguido de queda em 2018, embora os dados apresentados não correspondam ao número total das ocorrências de 2018, podendo ocorrer alteração nesse cenário.

Figura 13 - Representação gráfica dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018



FONTE: CPODE, 2018

Na Tabela 7, observa-se que o perfil das vítimas quanto ao gênero e faixa etária, manteve-se no período de 2016 – 2018. As mortes ocorreram em homens (100%) na faixa etária de 20-39 anos (61,9%).

Tabela 7 - Caracterização das vítimas dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018

VARIÁVEIS	2016		2017		2018	
	N	%	N	%	N	%
Sexo						
TOTAL	07	100	10	100	04	100
Feminino	00	00	00	00	00	00
Masculino	07	100	10	100	04	100
Faixa Etária						
TOTAL	07	100	10	100	04	100
15 a 19 anos	00	00	01	10	00	00
20 a 29 anos	04	57,1	01	10	02	50
30 a 39 anos	00	00	05	50	01	25
40 a 49 anos	00	00	01	10	01	25
50 a 59 anos	01	14,3	00	00	00	00
60 a 69 anos	00	00	00	00	00	00
70 anos e mais	00	00	00	00	00	00
Ignorado	02	28,6	02	20	00	00

FONTE: CPODE, 2018

Na Tabela 8, visualiza-se que os óbitos por homicídio no período de 2016-2018 (até novembro), ocorreram em via pública em 73,7% dos casos e por arma de fogo em 68,4%.

Tabela 8 - Local de ocorrência e instrumentos utilizados na prática dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, Juazeiro-BA, 2016-2018

VARIÁVEIS	2016		2017		2018		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Local de ocorrência								
TOTAL	07	100	10	100	04	100	21	100
Domicílio	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Via pública	05	71,4	07	70	04	100	16	76,2
Ignorado	02	28,6	03	30	00	0,0	05	23,8
Instrumento								
TOTAL	07	100	10	100	04	100	21	100
Arma de fogo	07	100	05	50	03	75	15	71,4
Arma branca	00	0,0	03	30	01	25	04	19,0
Ignorado	00	0,0	02	20	00	0,0	02	9,5

FONTE: CPODE, 2018

7 DISCUSSÃO

Datam da década de 1980, os primeiros estudos sobre a violência no Brasil, sendo “menor institucionalizado” o foco dos sociólogos e os estudos epidemiológicos e clínicos voltavam-se para as lesões autoprovocadas, as mortes e acidentes em decorrência da violência (SOUZA, 2015).

Transcorridos algumas décadas, observa-se uma mudança significativa no perfil epidemiológico do Brasil, com as causas externas entre as primeiras causas de mortalidade geral no país, ocupando a segunda causa nas regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2017).

Esse aumento progressivo da taxa de mortalidade por causas externas reflete um desdobramento do índice de criminalidade e dos acidentes de transportes terrestres, que tradicionalmente tem acompanhado o crescimento econômico nos países (SOBEL, 2006).

No Brasil, o contraste encontrado entre as regiões e os diversos municípios, fazem com que os aspectos locais, como a cultura, relações sociais, local de moradia, escolaridade e faixa etária, entre outros, interferem na forma como a violência se apresenta. Municípios com grandes áreas rurais, tende a ter a agricultura como a principal ocupação de seus munícipes, e apresentam diversas formas de relações sociais e susceptibilidade a violência (SOUZA *et al.*, 2011).

Neste estudo, realizado em um distrito da zona rural do município de Juazeiro – BA, o número de respondentes do gênero feminino mostrou-se discretamente maior (Tabela 1). Resultados semelhantes foram encontrados por Simões (2006). No estudo de Mendes *et al.* (2014), 100% dos agricultores familiares que trabalhavam na extração de frutos eram do gênero feminino. Contrariando a percepção de ser masculino o trabalho na agricultura familiar, demonstrando também, o quanto forte é a atuação da mulher neste segmento (MENDES *et al.*, 2014).

A faixa etária predominante neste estudo, foi de 40 a 49 anos, conforme apresentado na Tabela 1; dados semelhantes foram encontrados em estudos com agricultores familiares realizados por Lima, Araújo e Oliveira (2017) e por Mendes *et al.* (2014). Percebe-se, também, na Tabela 1, que 81,9% dos participantes estão entre 20 e 49 anos, idade economicamente ativa e dentro da faixa etária cuja a força de trabalho é bastante relevante no campo (SIMOES, 2006).

O nível de escolaridade dos respondentes pode-se considerar baixo, perpassa entre o ensino fundamental completo e o incompleto, totalizando 72,8% da amostra (Tabela 2),

corroborando com o estudo de Mendes *et al.* (2014); Bezerra e Schlindwein (2017) e com os resultados preliminares do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

Também se observa na Tabela 2, que a maioria dos participantes (81,8%), informou possuir renda familiar mensal de 1 a 3 salários mínimo. O censo agropecuário/IBGE- 2006 divulgou uma renda média de 13,6 mil/ano para a agricultura familiar, no entanto, esses dados foram obtidos apenas com 69% dos agricultores familiares, os quais declararam alguma receita de venda dos produtos naquele ano, podendo, então, essa renda média ser superior a isso (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009). Contudo, a renda familiar encontrada neste estudo é condizente com esta média nacional.

É consenso na literatura internacional, que as condições socioeconômicas, aspectos demográficos, as taxas de encarceramento e de efetivo policial, preponderância de armas de fogo, drogas ilícitas e bebidas alcoólicas, como fatores causais para a evolução do número de homicídios numa região (CERQUEIRA, 2014; PERES *et al.*, 2011). Também, De Mello (2010) aferiu uma relação entre o tráfico de drogas e crimes violentos em decorrência de efeitos sistêmicos, melhor que os efeitos psicofarmacológicos e de impulsão econômica ocasionado pelo uso das drogas. Essas condições são relatadas pelos participantes e demonstradas nas Tabelas 3, 5 e 6.

O distrito de Maniçoba é um dos perímetros irrigados em funcionamento no Polo Petrolina-Juazeiro. Os índices crescentes da violência nessa região, similar a outras localidades no país, como assaltos, homicídios, roubos e crimes sexuais, provocam uma insegurança entre a população do polo (SOBEL, 2006), e esse sentimento foi demonstrado pelos participantes deste estudo e estão apresentados na Tabela 5.

A insegurança pode ser conceituada como um comportamento emotivo, que envolve sentimentos e pensamentos, diante de uma condição de perigo, e vem se apresentando de forma acentuada nas últimas das décadas (PLASSA; CUNHA, 2016).

Índices de violência podem estar associados ao nível desemprego local, como apontado na Tabela 6. Embora os projetos de irrigação costumem atrair investimentos da iniciativa privada, e conseqüentemente, ocorre um incremento na economia local e nos níveis de emprego, seus efeitos nas condições sociais são limitados (SOBEL, 2006).

A frequência menor de citação para situações de roubo e assalto, apresentadas na Figura 7, em detrimento ao de homicídios, pode estar relacionado a ausência do registro de Boletim de ocorrência, ocasionando uma subnotificação nas inscrições oficiais; visto

que, a comunicação desses fatos pode instrumentalizar as autoridades competentes na formulação de medidas preventivas a estas ocorrências. Este fato também pode estar relacionado a distância do distrito a delegacia mais próxima que situa-se na sede do município de Juazeiro.

Observou-se nas respostas apresentadas no questionário deste estudo, que a proteção policial não teve mudanças significativas ao longo dos últimos três anos (Tabela 5). Estudos internacionais relacionam o aumento do efetivo policial e mudanças qualitativas na atividade de policiamento com a queda da taxa de homicídio, entretanto, a ausência dessa informação não permite uma melhor análise desses itens na redução na taxa de homicídio acontecida em cidades como São Paulo (PERES *et al.*, 2011).

Com isso, percebe-se de modo geral, na fala dos participantes do estudo a insegurança ao sair de casa, desacompanhados, especialmente a noite; evitam lugares “perigosos” e portarem algum objeto que possa ser alvo de interesse dos meliantes. Podendo ser observado nas principais palavras relacionadas a categoria 1 - Como se protege da violência ou sentir-se mais seguro (a), apresentadas na Figura 10. O Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, divulgado pela ONU, revela que a sensação de insegurança está presente em 70% dos brasileiros, sendo esse, o maior índice registrado na pesquisa (FENAE, 2007).

As informações extraídas dos questionários, agrupadas na categoria 2 - Como reduzir a violência na comunidade, trazem a necessidade de um maior investimento dos órgãos públicos na comunidade. E os principais elementos relacionados a esta categoria foram; mais, policiamento, não e comunidade (Figura 11). Também a análise temática apresentada na Figura 12, reflete muito forte a sensação de insegurança.

Embora, segundo Cerqueira e Lobão (2004) apud Skolnick e Bayley (2002), a redução das taxas de criminalidade, imperiosamente, não se traduz pelo aumento no policiamento numa região, embora, isso reduza o medo do crime pelo cidadão; essa concentração maior em determinada área pode levar o deslocamento da dinâmica criminal para outra área. Esse motivo por ter sido o responsável pela diminuição nos números de homicídios no distrito da Maniçoba, no ano de 2018, conforme está demonstrado na Figura 13.

A ausência do Estado nas comunidades, principalmente nas mais carente, tem como consequência o desconhecimento da realidade local em quase sua totalidade, dificultando assim, planejar ações multidisciplinares e interinstitucionais arraigadas que

atendam as necessidades locais. E a criminalidade se beneficia com a ausência de debates sobre política de segurança pública condizentes as necessidades reais (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003). Por outro lado, o incitamento a uma “polícia dura”, com autorização para matar, deixou espaço para quaisquer desvios de conduta, referenciando legitimidade e legalidade no uso da violência policial (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Por conseguinte, são quase inexistentes, ou há poucos trabalhos que estudam a relação entre a Taxa de mortalidade por homicídio e os investimentos em políticas sociais. De forma empírica, é possível acreditar que o maior investimento em ações sociais, em particular nas localidades com concentração das desvantagens, possa diminuir as oportunidades de conflitos, pela maior presença, realizada de forma positiva, pelo Estado, como sendo uma organização de referência e mediação.

O número crescente de homicídios no Brasil, chegando ao disparate de superar o número de mortos na Guerra na Síria, no período de 2011-2015. A polícia está numa “guerra” de combate as drogas e à criminalidade; sendo responsáveis por uma missão “quase impossível” de prevenir crimes e infrações, além de investigar as transgressões e proteger a sociedade. Associado a isso, tem-se precárias condições de trabalho, ausência de treinamento primor e compatível a especificidade do cenário atual e de suporte emocional para lida diária. As consequências disso são os números de policiais mortos e dos mortos por policiais, aumentando a estatística da violência social (SOUZA; MINAYO, 2017).

Outro ponto a se refletir é a manutenção de um modelo policial tradicional voltado para o incidente, que se baseia no tripé detenção, incapacitação e reabilitação do delinquente, e que supõe uma estrutura ágil para combater o crime, por meio de patrulhas fortuitas, respostas rápidas e investigações posteriores. Diversas críticas, em vários outros países, a exemplo da Inglaterra, foram realizadas a efetividade desse modelo decorrente do aumento de criminalidade.

Entre os criminólogos, estudiosos de “polícia”, há uma propensão que esse modelo voltado aos efeitos e não as causas, não responde as necessidades de combate a criminalidade, em especial nos grandes centros urbanos, visto que, o seu formato não dialoga com as interfaces sociais, que estão na base dos problemas de desordem e desarranjos comunitários que são os alicerces dos crimes maior magnitude.

Porquanto, o homicídio é a principal causa prevenível de morte e é responsável pela interrupção da vida de milhares de pessoas no mundo, constituindo um grande

desafio para o setor saúde e retratando os problemas existentes na sociedade que perpassam pela desigualdade social e a presença do crime organizado, e também, por situações resultantes da convivência interpessoal (TAVARES *et al.*, 2016). As estatísticas criminais, para além de uma realidade retratada por números, pode ser utilizada como ferramenta no combate as ocorrências desse gênero nas comunidades e revelar dispositivos de controle social e conjeturas político-ideológicas (FERREIRA, 2017). Visto que, esse crescente número de homicídios registrados nas últimas décadas demanda o emprego de abordagem que possibilite a compreensão desse complexo fenômeno (BARCELLOS; ZALUAR, 2014).

Analisando-se os dados dos homicídios ocorridos no distrito de Maniçoba, apresentados na Tabela 7, percebe-se um quadro semelhante ao encontrado nas demais regiões do país e nas estatísticas e padrões internacionais (CERQUEIRA, 2014). Jovens, do sexo masculino, são as principais vítimas do homicídio, chegando a taxa nos homens a ser em média dez maior que a taxa entre as mulheres (TAVARES *et al.*, 2016).

Em 2017, o número de óbitos por esta causa, na faixa etária de 15 a 29 anos, representou 54,5% do total de óbitos. Esses dados inferem na saúde, na dinâmica demográfica, além de refletirem no seguimento econômico e social da região (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019; BRASIL, 2018).

No Brasil, o homicídio é tido como fator unidimensional da criminalidade brasileira, e é um dos fenômenos mais exibido na mídia nacional e de grande impacto na sociedade (SANTOS; NASCIMENTO; ROCHA, 2016).

Em termos econômicos, o custo da violência, segundo estudo realizado pelo Ipea, seria em torno de 5,9% do Produto Interno Bruto -PIB ao ano (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Porém, o custo da dor e sofrimento humano diante dessas ocorrências é incalculável (SOUZA *et al.*, 2011).

A redução nos homicídios e nas admissões nos setores de emergência por ferimentos provocados por arma de fogo foram observados em vários estados do país após a implantação do Estatuto do desarmamento em 2003 (SOUZA *et al.*, 2007; CERQUEIRA *et al.*, 2018). O percentual dos homicídios ocasionados pela arma de fogo no distrito de Maniçoba, Juazeiro – BA (Tabela 8) foi de 71,4%, sendo discretamente menor que a frequência nacional que em 2017 foi de 76,9% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

A via pública, com 68,2%, representou no Brasil no ano de 2017, o local com maior registro de ocorrências (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Estatística semelhante foi observada neste estudo, conforme demonstrado na Tabela 8.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a sensação de insegurança entre os participantes deste estudo, sinalizando os assaltos, roubos e homicídios ocorridos em jovens, do gênero masculino, na comunidade de Maniçoba.

Torna-se evidente que não há como solucionar a problemática da criminalidade sem que se tenha dominado e sob controle governamental os grandes problemas socioeconômicos, em especial os imbricados à desigualdade de renda e ao adensamento populacional, os quais são responsáveis por gerar um terreno propício para as desordens sociais.

Acerca dessas assertivas, é evidente que a peculiar discussão reducionista sobre os aspectos das políticas e programas de segurança públicas ao redor das políticas sociais, assim como da polícia, deveriam ser vencidas, sendo substituídas pela discussão centrada em um modelo integrado.

Por conseguinte, há a necessidade de convergir um conjunto de ações do Estado focadas nos jovens das localidades mais vulneráveis. Dessa forma, os condicionantes socioeconômicos, os quais auxiliam da determinação da criminalidade não resultando apenas da performance macroeconômica.

Nesse cenário, é nítido que ao se estudar e pesquisar sobre a violência deve-se aguçar o olhar visando ampliar o foco de interesse para outros aspectos, a exemplo da forma de ocupação social do espaço agrário, logicamente, além da dimensão social, cultural e ambiental da produção agrícola.

A discussão sobre violência deve envolver todos os setores da sociedade, é dever de cada cidadão denunciar situações de violência para que se tenha um panorama diferente no futuro. E nesse contexto, a mobilização dos moradores para criação de grupos comunitários locais de iniciativas de prevenção da violência, formados especialmente por jovens, que são as maiores vítimas da violência, sendo capacitados e empoderados pelos segmentos saúde, educação e segurança, poderá contribuir para a mudança do cenário local e refletir no regional.

O trabalho interdisciplinar, envolvendo os profissionais de saúde e de educação que tem papel importante no trabalho de prevenção, acolhimento as vítimas da violência e na notificação dos casos, aliado aos profissionais da segurança pública, aos quais cabe o papel de investigar as situações, e a comunidade geral; forma uma corrente de base sólida e integradora contra a violência.

Diante dos resultados apresentados neste trabalho, infere-se que o trabalho interdisciplinar é uma estratégia importante na prevenção da violência. Necessitando, porém, de continuidade com a pesquisa científica para identificar se houve migração da criminalidade para outros distritos do município de Juazeiro, bem como, o estudo do custo econômico dessas ocorrências.

9 PRODUTO FINAL

Como produto final deste estudo foram elaboradas duas cartilhas intituladas: Guia Educativo: TODOS JUNTOS CONTRA A VIOLÊNCIA versão para profissionais e Guia Educativo: TODOS JUNTOS CONTRA A VIOLÊNCIA versão para estudantes, apresentadas no Apêndice A.

O conteúdo abordado nos guias foi subsidiado por informações coletadas na comunidade.

A temática violência foi disposta, na versão para profissionais, em três capítulos; no primeiro, apresenta-se os tipos de violência, com ênfase em violência contra criança e adolescentes, mulher e idoso; no segundo capítulo aborda-se os sinais que podem demonstrar violência contra criança e adolescentes, mulher e idoso; e no terceiro é exposto a rede de apoio contra a violência, a quem procurar em situações ou suspeita de violência.

A versão para estudantes também está organizada em três partes, sendo a primeira e terceira com o mesmo tema da versão para profissionais, e na segunda parte são exibidas dicas de proteção. Essa versão também conta com um jogo de tabuleiro sobre drogas.

Também foi produzido um manuscrito submetido a Revista HOLOS, retratando a percepção da comunidade sobre a violência, intitulado A VIOLÊNCIA SOB O OLHAR DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO INTERIOR BAIANO (comprovante de submissão no Anexo B).

REFERÊNCIAS

ALKERMAN, M. *et al.* Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(11):4291-4300, 2014. DOI: 10.1590/1413-812320141911.10692014

ANDRADE, R.F.M. de. A história da violência no Brasil. **Revista Senso** [on line], n. 11, 2019. Disponível em: < <https://revistasenso.com.br/2018/03/22/historia-da-violencia-no-brasil/>>. Acesso 3 ago. 2019.

ANJOS, F.C; CALDAS, N.V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde**. v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.653-673 v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.385-402. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0385.pdf>

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. ISBN 978-85-67450-14-8

BECKER, K.L. **Uma análise econômica da relação entre educação e violência**. 2012. 76 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2012.

BEZERRA, G.J.; SCHLINDWEIN, M.M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourado, MS, Brasil. **Interações**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01))

BAHIA. **Balança das ações Governo do Estado**. Salvador, 2011. Disponível em: < <http://www.cerb.ba.gov.br/sites/www.cerb.ba.gov.br/files/relatorios/institucional/BalancoGoverno5anos-WEB%20FINAL%2023.12.11.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. **Relatório Homicídios em Juazeiro**, 2016.

BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Rev Saúde Pública**, v. 48, n.1, p. 94-102, 2014. DOI:10.1590/S0034-8910.2014048004822

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229p., 2011.

BONATTO, A. *et al.* **Interdisciplinaridade no ambiente escolar**. In: Anais IX ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2414/501>>. Acesso em 2 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de setembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União de 31 dez 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS. Óbitos por causas externas – Brasil. Óbitos p/Residênc por Região segundo Grande Grupo CID10, 2016a. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>

BRASIL. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS. Óbitos p/Residênc por Grande Grupo CID10 segundo Município, 2016b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10ba.def>

BRASIL. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS. Mortalidade Brasil. Óbitos p/Residênc por Região segundo Capítulo CID-10, 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>

BRASIL. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil – DATASUS. Mortalidade Bahia. Óbitos p/Residência por Capítulo CID-10 segundo Município, 2017a. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10ba.def>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Violência e Acidentes. 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/711-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/violencia-e-acidentes/17256-os-acidentes-e-as-violencias>

CAMPOS, M.E.A.L *et al.* Mortes por homicídios em município da Região Nordeste do Brasil, 2004-2006 a partir de dados policiais. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 20(2):151-159, 2011. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000200004. Acesso em: 22 maio 2017.

CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e Desigualdade social. **Cienc. Cult.** V.54, n.1, 2002. ISSN 2317-6660. Acesso em: 17/11/2018.

CARDOSO, F.L.M.G. *et al.* Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. **Ciência&SaúdeColetiva**, 21(4):1277-1288, 2016. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v21n4/1413-8123-csc-21-04-1277.pdf>

CERQUEIRA, D.R.C.; LOBÃO, W. **Criminalidade: social versus polícia**. (Texto para discussão n.958). Rio de Janeiro. IPEA, 2003. ISSN 1415-4765

CERQUEIRA, D.R.C.; LOBÃO, W. Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícia: desafios para os governos. **RAP**, v.38, n.3, p.371-99, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3825-6542-12334-1-pb.pdf>

>. Acesso em: 20/11/2018

CERQUEIRA, D.R.C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro. BNDS: 2014. 196p., 2014. ISBN: 978-85-87545-48-0.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2018**. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018.93p.

CÉSPEDES, E.V. *et al.* Criminología ambiental y homicidio em la ciudad de Bogotá (Colombia). **Rev.estud.soc.**, n. 63, p.55-71, 2018. ISSN 0123-885X. E-ISSN 1900-5180. DOI: <https://dx.doi.org/10.7440/res63.2018.05>

CHAUÍ, M. **Filosofia**. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2002.

CODEVASF. **Manicoba**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perímetros-irrigados/elenco-de-projetos/manicoba>> Acesso em: 18 dez. 2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Formas de violência contra a mulher**. 2006. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

COUTO, V.A. *et al.* Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e45859, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245859>.

DE MELLO, J.M.P. **Assessing the crack hypothesis using data from a crime wave: the case of São Paulo**. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 2010. (Texto para Discussão, n. 586), 2010. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/254448306_Assessing_the_crack_hypothesis_using_data_from_a_crime_wave_the_case_of_Sao_Paulo>. Acesso em: 08/11/2018

DUARTE, E.N. *et al.* **Methodological strategies adopted in rewarding researches in the extent of UFPB**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 14, n. 27, p.170-190, 2009. E-ISSN: 1518-2924.

FANTE, C. **Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campina – SP: Verus, 2005.

FENAE. **70% dos brasileiros não se setem seguros, diz estudo**. 2007. Disponível em:< <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/70-dos-brasileiros-nao-se-sentem-seguros-diz-estudo.htm>>. Acesso em 30 jul. 2019.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, A.L.; SILVEIRA, M.F.G.; PEIXOTO, A.C.L. Promoção de cultura de paz e resiliência: um estudo de caso do projeto de extensão rede Coque vive da UFPE. **Revista Reflexão e Ação**, v.21,n.1, p.140-168, 2013.

FERREIRA, P.S. Uma leitura da produção de estatísticas de homicídios em Salvador. **Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, vol. 4, n. 1, p. 94-113, 2017.

FIORATI, R.C. *et al.* População em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. **Saúde e Soc.** São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1458-1470, 2014. DOI 10.1590/S0104-12902014000400027

FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.E.D.; MARQUES, V.P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 96p., 2009. ISBN: 978-85-60548-57-6

GADEA, C.A. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 92, p. 75-98, 2011 Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/3980> Acesso em: 12/11/2018

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M.A.S. Violência na escola, práticas educativas e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, 635-658, 2005.

IBGE. Juazeiro Bahia – BA. 2007. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/juazeiro.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em:< https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html >. Acesso em: 12/12/2018.

IBGE. **População estimada** (2018). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/juazeiro/panorama>>. Acesso em 20 maio 2019.

JACQUES, P.B.; OLINDA, Q.B. Um olhar da saúde sobre a violência. **Rev, Bras, Promoç. Saúde**, 25(2), 117-128, 2012.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, D. **Direito penal**. v. 1 : parte geral, 32. ed. São Paulo: Saraiva. 2011. ISBN: 9788502103870.

JORGE, S.R.M. **Violência na escola**: construção coletiva de um plano de intervenção. Programa de Desenvolvimento Educacional. Caderno Pedagógico. Fascículo I. UEPG. 2007.

JUAZEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. SIAB- Sistema de Informação da Atenção Básica. Relatório SIAB Maniçoba I, II e III; 2017.

JUAZEIRO. Prefeitura de Juazeiro. **A Cidade – Contextualização histórica e geográfica**. 2018. Disponível em: <<https://www6.juazeiro.ba.gov.br/cidade/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

KATZ, C.M.; HEDBERG, E.C.; AMAYA, L.E. Gang truce for violence prevention, El Salvador. **Bulletin of World Health Organization**. v. 94.9, set., p. 660+, 2016.

LATERMAN, I. **Violência e incivildade na escola: nem vítimas nem culpados**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. **Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3143954/mod_resource/content/1/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20saber%20-%20%20Laville%20e%20Dionne.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

LEONIDIO, A. Violência e desigualdade: Reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 97, p. 85-106, 2012.

LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

LIMA, A.F.de; ARAUJO, B.V.S. de; OLIVEIRA, C.S.P. de. Caracterização da agricultura familiar em assentamentos da região oeste do Rio Grande do Norte. **Rev. Cient. Rural - Urcamp, Bagé – RS**, v. 19, n.1, 2017.

MARINHO, F; PASSOS, V.M.A.; FRANCA, E.B. Nuevo siglo, nuevos retos: los cambios em el perfil de la carga de em fermedad en Brasil 1990-2010. **Epidemiol. Serv. Saúde[online]**.v.25, n.4, pp.713-724, 2016. ISSN 1679-4974. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742016000400005>.

MARTINS, J.S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, v.15, n.43. p. 31-36, 2001.

MENDES, M.F. *et al.* Perfil dos agricultores familiares extrativistas da região sudoeste matogrossense, pertencente à bacia do alto Paraguai – Brasil. **Bol. geogr.**, v. 32, n. 3, p. 94-109, 2014. DOI: 10.4025/bolgeogr.v32i3.21219

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Públ.**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 16/07/2017.

MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P. Visão ecossistêmica do homicídio. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3269-3278, 2012.

MINAYO, M.C.S. Violência e Educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 249-264, jul./dez. 2013.

MIKTON, C.R. *et al.* Global research priorities for interpersonal violence prevention: a modified delphi study. **Bull World Health Organ**, v.95, n.1, p. 36–48, 2017.
DOI: 10.2471/BLT.16.172965

MENDES, E.V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília, DF: OPAS, 2011.

MOREIRA, R.J. **Identidades sociais em territórios rurais fluminenses**. In: MOREIRA, R.J. (Org.). Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, E.B.; SANTOS, F.N. dos. Pressupostos e definições em interdisciplinaridade: diálogo com alguns autores. **Interdisc.**, São Paulo, n. 11, p. 01-15, 2017. <http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade>

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra; 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatoriomundial-violencia-saude.pdf>>

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção à violência: um convite a ação intersetorial. 2002. Disponível em: <https://www.who.int/violenceprevention/project_groups/intersectoral_action_por.pdf>. Acesso em 3 ago. 2019.

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência**. In: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]. Maura Regina Modena (org). RS: Educs, 2016, p.8-20.

PEREIRA, I.B. **Interdisciplinaridade**. In: Dicionário da educação profissional em saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html#topo> >. Acesso em 02 ago 2019.

PERES, M.F.T. *et al.* Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Rev. bras. Epidemiol**; 14(4), 709-21, 2011.

PLASSA, W.; CUNHA, M.S. da. Sensação De Insegurança Pública No Brasil: Análise Estrutural Das Vulnerabilidades E Do Efeito Da Vitimização Direta. **EARL**, v. 7, n.1, p. 266-290, 2016. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/6818/pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RAATINIEMI, L. *et al.* Fatal injuries in rural and urban areas in northern Finland: a 5-year retrospective study. **Acta Anaesthesiol Scand**. 3; 60(5): 668–676, Apr 2016.
Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4849198/?tool=pubmed>

RAMOS, A.L.C; NUNES, L.R.M; NOGUEIRA, P.J. Fatores de risco de lesões não intencionais em ambiente doméstico/familiar em crianças. **Revista de Enfermagem**

Referência III Série - n.º 11, p. 113-123, Dez. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIIIIn11/serIIIIn11a13.pdf>

RIBEIRO, A.P.; SOUZA, R.S.; SOUSA, C.A.M. Lesões provocadas por armas de fogo atendidas em serviços de urgência e emergência brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.9, p.2851-2860, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.16492017>.

SANTOS, J.A.F. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100002>.

SANTOS, D.S.; NASCIMENTO, W.S.; ROCHA, E.C. da. **Indicador Brasileiro de Criminalidade**. In: 40 Encontro anual da ANPOCS, Caxambú-MG, out. 2016. Disponível em:< <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st03-8/10149-indicador-brasileiro-de-criminalidade/file>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SANTOS, J.V.T. Novos processos sociais globais e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.3, p.19-37, 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8391999000300003>

SANTOS, J.V.T. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidade. **Sociologias**, n.8, p.45-62, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000200002>

SANTOS, J.V.T. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. **São Paulo Perspec**, v.18, n.1, 3-12, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100002>

SILVA, A.M.B.; ENUMO, S.R.F. Descrição e análise de uma intervenção psicológica com bailarinos pelo *software* IRAMUTEQ. **Trends in Psychology**, v. 25, n.2, 2016. DOI: 10.9788/TP2017.2-11Pt

SIMÕES, A.C. **Caracterização dos agricultores familiares – agentes multiplicadores - em assentamentos rurais da região de Andradina (SP)**. Ilha Solteira : [s.n.], 2006 61 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia, 2006. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/98843>>. Acesso em 20/12/2018.

SOBEL, T.F. **Desenvolvimento territorial nos perímetros irrigados do submédio do vale do São Francisco: o caso dos perímetros Nilo Coelho e Bebedouro(PE)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia 2006. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13537/1/TFSobelDISSPRT.pdf>> Acesso em 30 nov. 2018.

SOUZA, A.A. Educação e sociedade: um estudo exploratório acerca dos meandros da violência juvenil. **HOLOS**, v. 4, p.52-62, 2015. DOI: 10.15628/holos.2015.3197

SOUZA, E.H.A. de *et al.* Mortes por causas externas de agricultores em municípios de pequeno porte da Paraíba. **Odontol. Clín.-Cient.** (Online) [online]. 2011, vol.10, n.4, pp. 329-335. ISSN 1677-3888.

SOUZA, T.O; PINTO, L.W; SOUZA, E.R. Spatial study of homiciderates in the state of Bahia, Brazil, 1996-2010. **Rev. Saúde Pública**, v.48 n.3 São Paulo Jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048005201>

TAVARES, R. *et al.* Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p.923-934, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015213.12362015

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo soc.** [online], vol.9, n.1, p.5-41, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100002>

UCAM. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESC). **Questionário JUVIPOL - Juventude, Violência e Polícia.** 2011.

UCHÔA, S.A.C; CAMARGO Jr, K.R. Os protocolos e a decisão médica: medicina baseada em vivências e ou evidências? **Ciênc Saúde Coletiva** [periódico na internet], v. 15, n. 4, p.2241-49, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400038

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.15. p. 87-145, 2000.

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR ENQUANTO ESTRATÉGIA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA.

Pesquisador: CLODOALDO PLACIDO DA FONSECA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91139718.9.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.807.900

Apresentação do Projeto:

1. Trata-se de projeto de pesquisa de dissertação ligado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, cuja equipe executora é composta por Clodoaldo Plácido da Fonseca Silva (pesquisador principal), João Alves do Nascimento Júnior (orientador) e Lúcia Marisy S. R. de Oliveira (co-orientadora), todos devidamente cadastrados na Plataforma Brasil como equipe de pesquisa.

Resumo: Esse estudo tem como objetivo identificar fatores de riscos para violência na Comunidade de Maniçoba/ Juazeiro-BA como forma de subsidiar o desenvolvimento e utilização de material informativo sobre prevenção da violência, a qual aborde os costumes e a cultura da localidade. Será utilizado como metodologia pressupostos da abordagem qualitativa, tendo como parâmetro o método dialético. Os procedimentos investigativos que serão utilizados para este estudo são: pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário aos associados a Associação de Motoristas e Agricultores da Maniçoba Velha e pesquisa ao banco de dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia – SSP/BA. Na aplicação do questionário serão utilizados como critérios de Inclusão para participar desta pesquisa, ter maioria, ser associado à AMMAMV e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E como critério de exclusão não ter nenhum conhecimento sobre a violência na sua comunidade. Para os dados secundários, serão incluídos no estudo as fichas dos registros ocorridos no distrito de Maniçoba; as fichas que apresentarem

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n

Bairro: Centro

CEP: 56.304-205

UF: PE

Município: PETROLINA

Telefone: (87)2101-6896

Fax: (87)2101-6896

E-mail: cedep@univasf.edu.br

ANEXO B – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO MANUSCRITO

De: JOSÉ YVAN PEREIRA LEITE <jyp.leite@ifrn.edu.br>
Enviado: segunda-feira, 18 de março de 2019 17:33
Para: Senhor Clodoaldo Plácido Fonseca
Assunto: [HOLOS] Agradecimento pela Submissão

Senhor Clodoaldo Plácido Fonseca,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "A VIOLÊNCIA SOB O OLHAR DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO INTERIOR BAIANO" para HOLOS. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/author/submission/8420>

Login: 04601522463

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

JOSÉ YVAN PEREIRA LEITE
HOLOS

HOLOS

<http://www.ifrn.edu.br/holos>

APÊNDICE A- GUIA EDUCATIVO



Todos juntos contra a VIOLÊNCIA

Para Profissionais

APRESENTAÇÃO

Esta publicação traça um panorama sobre os principais conceitos que envolvem a violência; esta é uma situação de causas multifatoriais que requer uma interposição interdisciplinar para um atendimento resolutivo, visto que todos os profissionais têm papel importante na identificação, notificação e intervenção das situações de violência dentro de suas competências; além disso, o trabalho interdisciplinar favorece a tomada de decisões analisando de forma mais ampla e individualizada cada situação.

As violências, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID, compõem o grupo das causas externas, juntamente com outras ocorrências acidentais (como acidentes de trânsito, de trabalho; quedas; lesões autoprovocadas; e outros). Embora façam parte do mesmo grupo CID, possuem conceitos divergentes; a violência causa danos à vida de forma geral, e o acidente ocorre de forma não intencional, embora também cause dano físico e emocional (OMS, 1985; OMS, 1995).

Destaca-se que no contexto da prevenção e intervenção a violência, todos têm um papel relevante. Sendo assim, apresenta-se neste guia alguns sinais de alerta de uma possível situação de violência e o cenário da Rede de acolhimento para essas vítimas, crianças e adolescentes; mulheres e idosos, nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

1 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A seguir estão descritos alguns tipos de violação dos direitos humanos. Leia-os com atenção.

Violência contra Criança e Adolescente



Refere-se a qualquer forma de proceder que caracterize ação ou omissão, agressão ou coerção, provocada pelo fato da vítima ser criança ou adolescente, e que ocasione dano, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou social. Fenômeno complexo que envolve causas socioeconômicas e histórico-culturais, que tornam as crianças e adolescentes as maiores vítimas da violência, seja intra ou extrafamiliar.

Entre as crianças e adolescentes, os tipos de violência mais comuns são:

- **Negligência:** caracterizada pela falta de cuidados com a proteção e o desenvolvimento da criança ou adolescente; ocasionada em diversas situações pelo despreparo dos pais para exercerem a maternidade e paternidade e a ausência de referência de cuidados básicos na infância.
- **Violência física:** que muitas vezes é mascarada como instrumento educacional.
- **Abuso sexual:** trata-se de uma violação sexual homo ou heterossexual praticada por um adulto ou alguém mais velho que a criança ou adolescente, predominando o abuso de poder ou autoridade, e a cultura de coisificação dessa vítima, que vive uma experiência sexualizada que está além de sua capacidade ou de consentir ou entender. Entende-se como abuso sexual, qualquer situação envolvendo atividades sexuais, seja com palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal.
- **violência psicológica:** envolvendo à depreciação, a ameaças e à rejeição do adulto sobre a criança e adolescente.

- exploração Econômica (também denominada de trabalho Infantil): quando crianças e adolescentes exercem funções e assumem responsabilidades inadequadas à etapa de desenvolvimento em que se encontram.
- Abandono: ausência da pessoa responsável pelo cuidado, guarda, vigilância ou autoridade da criança ou o adolescente.

A violência pode provocar consequências avassaladoras do ponto de vista físico, psicológico, cognitivo e e comportamental na criança e no adolescente.

Violência contra a Mulher



Entende-se essa violência como sendo qualquer comportamento, ação ou omissão, de discriminação, agressão ou coerção, produzida em virtude da vítima ser mulher, e que isso, resulte em lesão, morte, limitação, constrangimento, sofrimento moral, físico, sexual, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial.

Trata-se de um fenômeno complexo, com causas culturais, econômicas e sociais, aliado a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade.

A violência praticada contra a mulher no ambiente familiar, no qual existe o envolvimento de relações afetivas e emocionais, pode ser considerada, entre as diversas formas de violência, como uma das mais brutal. As implicações dessa violência, humilhações, maus-tratos, agressões das mais diversas formas, físicas, sexuais, morais, patrimoniais e psicológicas, são destruidoras para sua autoestima.

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU (1997-2006), afirmou, “que a violência contra as mulheres causa enorme sofrimento; deixa marcas nas famílias, afetando as várias gerações; e empobrece as comunidades. Impede que as mulheres realizem as suas potencialidades, limita o crescimento econômico e compromete o desenvolvimento”.

Quando a violência contra a mulher é praticada por um estranho a probabilidade de ocorrer novamente é muito pequena, mas quando o agressor é alguém do seu convívio,

como o marido ou o companheiro, a tendência é que o fato venha a se repetir, podendo ocasionar situações mais graves.

Violência contra o Idoso



Este tipo de violência trata-se de um ato único ou repetido, que cause dano ou aflição ao idoso, tal como: agressão ou coerção; discriminação; constrangimento; morte; limitação; sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social ou perda patrimonial. Diariamente, no mundo, milhares de idosos são vítimas de algum ato de violência, como lesões provocadas por objetos, pequenos empurrões, que podem ocasionar fraturas, queimaduras e ferimentos.

O agressor, frequentemente, é um familiar e/ou alguém responsável pelo cuidado a esse idoso, e em virtude desse vínculo, o idoso não denuncia, sente-se envergonhado, culpado pelo fracasso das relações familiares, por achar que aquilo faz parte das relações familiares, além do medo de aumentar as hostilidades ou de perder o “amor” da família. Além da violência física, o idoso também pode ser vítima de negligência com a sua saúde, alimentação e higiene; da violência psicológica; violência sexual e do abuso financeiro.

Violência de Gênero

Violência sofrida em decorrência do gênero da vítima, ou seja, pelo fato de ser mulher ou homem, envolvendo todas as classes sociais, raça, religião, idade ou qualquer outra condição. A mulher é a vítima mais frequente desse tipo de violência; produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

Violência Intrafamiliar

Tipo de violência praticada por membros da família de convívio mais íntimo (pai, mãe, filhos, esposa, marido, sogra, sogro, padrasto ou outros), por afinidade (primo ou tio do marido, ou outros) ou afetividade (amiga ou amigo que residam na mesma casa ou

fora). Geralmente, expressa-se como abuso físico, sexual, psicológico ou como negligência ou abandono.

Violência doméstica

Este tipo de violência é assim denominado por ocorrer em domicílio, no ambiente doméstico da vítima, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

Violência Física

Refere-se a qualquer ação que provoque ferimento ou agrida propositalmente uma pessoa, empregando nessa ação a força física, objeto ou arma, resultando ou não em danos e lesões internas ou externas no corpo.

Violência Institucional

Este tipo de violência, caracteriza-se por envolver instituições públicas e privadas; manifesta-se numa relação de funcionários com o usuário/paciente, podendo ocorrer de várias formas: negligência e ineficácia no atendimento, discriminação (em decorrência de gênero, étnico-racial, econômica etc.), falta de escuta e intolerância, desqualificação do saber do outro, uso de poder, massificação do atendimento e outros.

Violência Moral

Ação destinada a caluniar, depreciar ou insultar a honra ou a reputação da mulher ou do homem.

Violência Patrimonial

Caracteriza-se por ação que provoque dano, subtração, desvio, retenção ou destruição de documentos pessoais, objetos, valores, bens e similares.

Violência Psicológica

Este tipo de violência manifesta-se por atitude designada a degenerar ou controlar comportamentos, crenças, ações, e decisões de outra pessoa, provocando intimidação, por meio de manipulação, ameaça direta ou indireta, isolamento, humilhação ou qualquer outra atitude que ocasione dano à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Violência Sexual

É qualquer relação sexual ou tentativa de obtenção do ato sexual, em que a pessoa é obrigada a se submeter, contra a sua vontade, por meio de força física, coerção, sedução, ameaça ou influência psicológica. Também, considera-se como violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

É considerada crime, mesmo quando praticada por um familiar, pai, marido, namorado ou companheiro.

O Código Penal Brasileiro, considera que a violência sexual pode ser praticada na forma física, psicológica ou com ameaça, alcançando o estupro, e a tentativa de estupro.

É um dos tipos mais cruéis de violência, pois existe a apropriação do corpo do outro.

2 SINAIS QUE PODEM DEMONSTRAR VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE; MULHER E IDOSO

De forma silenciosa, uma vítima de violência pode estar pedindo por SOCORRO.

Então, fique atento(a) a esses sinais.

Sinais que podem demonstrar Violência Contra Criança e Adolescente

Indicadores de Violência Contra Criança e Adolescente

INDICADORES	COMPORTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA
-------------	---	----------------------------

VIOLÊNCIA FÍSICA

Presença de lesões físicas, como queimaduras, hematomas, feidas e fraturas, que não se adequam a causa alegada. Ocultações de lesões antigas e não explicadas.	Muito agressivo ou apático; hiperativo ou depressivo; temeroso; tendências autodestrutivas e ao isolamento; baixa autoestima; tristeza; medo dos pais; alega agressão dos pais; relato de causas pouco viáveis às lesões; fuga de casa; problema de aprendizado; faltas frequentes à escola.	Muitas vezes oculta as lesões da criança, justificando-as de forma não convincente ou contraditória; descreve a criança como má e desobediente; abusa de álcool ou drogas; possui expectativas irreais da criança; defende uma disciplina severa; tem antecedentes de maus-tratos na família
--	--	--

VIOLÊNCIA SEXUAL

Infecções urinárias; dor ou inchaço nas áreas genitais ou anais; lesões e sangramento; secreções vaginais ou penianas; doenças sexualmente transmissíveis; dificuldade de caminhar; baixo controle dos esfíncteres; enfermidades psicossomáticas.	Comportamento sexual inadequado para idade; não confia em adultos; fugas de casa; regressão a estado de desenvolvimento anterior; brincadeiras sexuais agressivas; comportamento promíscuo; vergonha excessiva e alegações de abusos; ideias e tentativas de suicídio; autoflagelação	Oculta frequentemente o abuso; é muito possessiva, negando à criança contatos sociais normais; acusa a criança de promiscuidade, sedução sexual e de ter atividade sexual fora de casa; crê que o contato sexual é forma de amor familiar; alega outro agressor para proteger membro da família.
---	---	--

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Problemas de saúde, como obesidade, afecção da	Comportamentos extremos de timidez ou	Tem expectativas irreais sobre a criança; rejeita;
--	---------------------------------------	--

pele, distúrbios do sono e dificuldades na fala; comportamentos infantis; enurese noturna.	agressividade, destrutividade e autodestrutividade; problemas do sono; isolamento; baixo conceito de si próprio; abatimento profundo; tristeza; ideias e tentativas de suicídio; insegurança.	aterroriza; ignora; desqualifica; exige em demasia; corrompe, isola; descreve a criança como má, diferente das demais.
--	---	--

NEGLIGÊNCIA

Padrão de crescimento deficiente; fadiga constante e pouca atenção; problemas físicos e necessidades não atendidas; vestimenta inadequada ao clima.	Comportamentos extremos de hiper ou hipoatividade; contínuas faltas ou atrasos à escola ou ao médico; comportamentos infantis ou depressivos. Dificuldade na aprendizagem.	É apática e passiva, não se importando muito com a situação da criança; tem baixa autoestima e severo desleixo com higiene; é despreocupada em resolver as necessidades de atenção da criança.
---	--	--

FONTE: Adaptado de ASSIS, 1994, p.24.

Nas violências físicas, as lesões mais frequentes são as fraturas ósseas, principalmente dos ossos longos; as fraturas de costelas ou de clavícula são comuns em crianças menores de 2 anos, podendo ser únicas, múltiplas, antigas ou recentes e de idade diferentes. Entretanto, **é importante lembrar que algumas patologias, como a Osteogênese Imperfeita (também chamada de “ossos de vidro”, é uma doença rara, de origem genética, marcada pela fragilidade dos ossos e dentes), por exemplo; podem causar fraturas espontâneas.**

Na pele as lesões mais frequentes são as escoriações, equimoses e queimaduras. Como as equimoses podem ser avaliadas e relacionado o período da lesão com sua evolução cromática (Quadro 1) é interessante fazer uma avaliação da idade para correlacioná-las ao tempo da suspeita.



Quadro 1: Evolução cromática das equimoses.

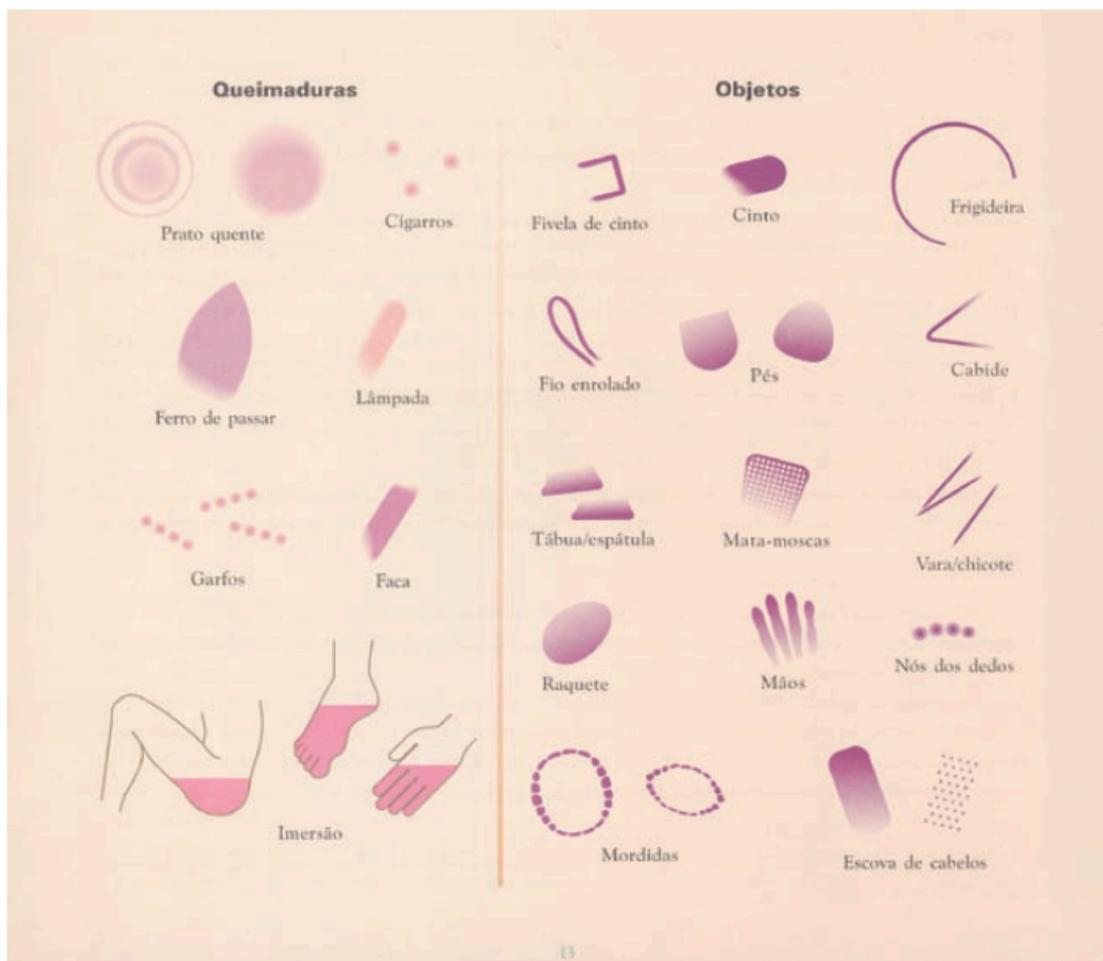
COR	TEMPO DE EVOLUÇÃO
 Negra, vermelha, violácea	1 a 3 dias
 Azulada	4 a 6 dias
 Esverdeada	7 a 12 dias
 Amarelada	13 a 2 dias
Desaparece	Após 22 dias

FONTE: Adaptado de SENA *et al.*, 2013.

Atentar-se também aos de Traumatismo Crânio Encefálico (TCE), em geral a criança estava bem e chega ao serviço de saúde em coma, com ou sem convulsões; as lesões de

órgãos intra-abdominais (duodeno, jejuno, baço e fígado), nessas situações o paciente apresenta quadro de dor abdominal aguda, de grau variável, mas habitualmente intensa.

Figura 1: Pistas para identificação dos vários tipos de violência física contra crianças e adolescentes



FONTE: Adaptado de JHONSON, 1990.

Com a aprovação da Lei nº 8.068/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a notificação dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos/violência sexual contra criança e adolescente tornou-se obrigatória. Corroborando com essa determinação, o Ministério da Saúde instituiu a Portaria nº 1.968/GM, de 25 de outubro de 2001, estabelecendo que os responsáveis técnicos de todas as entidades de saúde, integrantes ou participantes do SUS, devem notificar aos Conselhos Tutelares da localidade os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos no estabelecimento. O art. 13, dessa portaria, determina que: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente

comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

No art. 245, o ECA trata como infração administrativa, sujeita a multa de três a vinte salários de referência (aplica-se o dobro em caso de reincidência), a não comunicação, por médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e ensino fundamental, pré-escola ou creche, às autoridades competentes dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Todos os casos envolvendo criança ou adolescente devem ser notificados ao Conselho Tutelar do local de moradia da vítima. Na falta deste, encaminhar para a Vara da Infância e Juventude.



Os casos de violência contra a criança/adolescente necessitam de uma intervenção ampliada, com a participação de uma equipe interdisciplinar, e deve-se realizar o acolhimento de forma a:

- Tratar a criança/adolescente e a família com respeito e atenção.
- Conversar primeiro sobre assuntos diversos, podendo contar com apoio de jogos, desenhos, livros e outros recursos.
- Tratar como gostaria de ser tratado.
- A criança/adolescente deve ser ouvida sozinha, com respeito e privacidade.
- Utilizar as mesmas palavras que a criança para identificar as diferentes partes do corpo.
- Não fazer promessas que você não possa cumprir, nem prometer guardar segredo antes de saber o que será revelado.
- Respeitar a singularidade de cada pessoa.
- Propiciar um ambiente adequado para expressão dos sentimentos e fatos ocorridos.
- Escutar.

- Dar atendimento humanizado.
- Demonstrar sempre muita atenção e compreensão.
- Lembrar sempre que a culpa não é da criança/adolescente.
- Manter sigilo das informações.
- Evitar a revitimização (repetição de atos de violência pelo agressor ou a repetição da lembrança de atos de violência sofridos quando o relato do trauma necessita ser repetido para vários profissionais)
- Não emitir juízo de valor.
- Conduzir para o atendimento especializado.
- Ter conduta profissional frente à demanda do usuário/aluno, correspondendo às suas expectativas e necessidades.
- Deve ser acolhido(a) por toda a equipe da unidade/escola.

Sinais que podem demonstrar Violência Contra a Mulher



Quadro 2: Indicadores de Violência contra Mulher

Indicadores de Violência contra Mulher	Transtornos crônicos, vagos e repetitivos. Entrada tardia no pré-natal. Companheiro muito controlador; reage quando separado da mulher. Infecção urinária de repetição (sem causa secundária). Dor pélvica crônica. Síndrome do intestino irritável. Transtornos na sexualidade. Complicações em gestações anteriores, abortos de repetição.
--	---

	Depressão. Ansiedade. Dor crônica em qualquer parte do corpo ou mesmo sem localização precisa. Dor que não tem nome ou lugar. História de tentativa de suicídio. Lesões físicas que não se explicam de forma adequada. Fibromialgia
--	---

FONTE: Adaptado de Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008.

Através da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, o Governo Federal “estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados”.

O § 1º assim dispõe: “Para os efeitos desta Lei, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher”.

Conforme a art 3º, “a notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta Lei tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido”.

“Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referida nesta Lei, fora do âmbito dos serviços de saúde, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com o conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável”.

A vítima tem o direito de decisão de não denunciar. Compreendendo o histórico de violência, compete ao profissional de saúde proporcionar espaço de reflexão e viabilizar novas possibilidades que permitam a vítima sair desta dinâmica abusiva. O acolhimento desta mulher deve ser realizado:

- Preferencialmente por uma mulher.
- De forma humanizada.
- A paciente deve ser tratada como gostaria de ser tratado, com respeito e atenção.
- Disponibilizar tempo para uma conversa tranquila.
- Manter sigilo das informações.
- Proporcionar privacidade.
- Notificar o caso.
- Colocar-se no lugar da paciente/aluna.
- Evitar a revitimização (reviver o ato de violência que sofreu).

- Não fazer perguntas indiscretas.
- Não emitir juízo de valor.
- Afastar culpas.
- Validar sofrimento.
- Ter conduta profissional frente à demanda da usuária/aluna, correspondendo às suas expectativas e necessidades.

Sinais que podem demonstrar Violência Contra o Idoso

A pessoa idosa se encontra muitas vezes com dificuldade de verbalizar que sofre maus-tratos ou alguma outra forma de violência intrafamiliar ou extrafamiliar. Alguns sinais observados podem sugerir uma situação de violência, porém não deverão ser avaliados de forma isolada, e sim inseridos no contexto social e particularizados dentro do conjunto das questões de saúde e autonomia da pessoa idosa:



Quadro 3: Sinais de alerta para a presença de Violência contra Idosos.

COMPORTAMENTO DO IDOSO	CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA
<p>Expressão facial demonstrando tristeza, desesperança, passividade ou retraimento.</p> <p>Estado emocional ansioso ou agitado.</p> <p>Aparenta ter medo de falar livremente.</p> <p>Aspecto desnutrido, pálido, desidratado e com olheiras.</p> <p>Vestimenta descuidada, pouca higiene, falta ou má conservação de próteses (desde que afastada a ausência de condições financeiras).</p>	<p>Administração incorreta de medicamentos.</p> <p>Abandono ou ausência do cuidador durante longos períodos.</p> <p>Falta de cuidado com os problemas de saúde e busca tardia por assistência.</p> <p>Desconforto ou tensão por parte dos familiares ou cuidadores durante as visitas domiciliares, consultas médicas ou hospitalizações.</p> <p>Pouco conhecimento sobre a situação de saúde da pessoa idosa.</p>

<p>Relato diferente do relato do familiar ou cuidador.</p> <p>Evitação do contato visual ou físico.</p> <p>Negação para responder a perguntas relacionadas ao assunto violência.</p> <p>Explicações improváveis, pessoais ou de seus familiares, para determinadas lesões ou traumas.</p> <p>Presença de três ou mais quedas no ano, as quais podem ser indicadores de existência de violência.</p>	<p>Atitude indiferente do familiar ou cuidador.</p>
---	---

FONTE: Adaptado de CURITIBA: Secretaria Municipal de Saúde, 2012

O Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741, criado em 1º de outubro de 2003, traz no art. 19: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra o idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I – Autoridade Policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal do Idoso;
- IV – Conselho Estadual do Idoso;
- V – Conselho Nacional do Idoso”.

No acolhimento a esse idoso, deve-se:

- Oferecer atendimento humanizado.
- Deve ser realizado por toda a equipe.
- Tratar o paciente como gostaria de ser tratado.
- Tratar o usuário com respeito e atenção.
- Disponibilizar tempo para uma conversa tranquila.
- Manter sigilo das informações.
- Proporcionar privacidade.
- Notificar o caso.
- Colocar-se no lugar do paciente.

- Evitar a revitimização.
- Não fazer perguntas indiscretas.
- Não emitir juízo de valor.
- Afastar culpas.
- Validar o sofrimento.
- Ter conduta profissional frente à demanda do usuário, correspondendo às suas expectativas e necessidades.

Todos somos responsáveis e temos o
dever de denunciar situações de violência

O papel dos profissionais de Saúde e de Educação é prevenir, atender e notificar. Não cabe a esses profissionais investigar a situação de violência!

3 REDE DE APOIO CONTRA VIOLÊNCIA – A QUEM PROCURAR

A violência é um fenômeno complexo, de causas multifatoriais, que exige intervenção interdisciplinar e intersetorial, com ações envolvendo a família, sociedade civil – lideranças comunitárias, Igrejas, órgãos governamentais através de instituições, como: Educação, Saúde, Assistência Social – CRAS e CREAS, Segurança Pública – Delegacia de Atendimento à Mulher, Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente e as demais delegacias, Conselho Tutelar, Promotorias, Comissão de Direitos Humanos, ONGs, entre outras. E assim, estabelecemos uma REDE de apoio contra a violência.

Cada participante desta Rede tem importância no enfrentamento da violência, seja no atendimento, na prevenção, na proteção, responsabilização do agressor e na discussão de alternativas e união de esforços para enfrentar a violência.

Portanto, faz-se necessário conhecer a conformação dessa REDE na região Juazeiro-BA/ Petrolina-PE, pois surgindo um caso você já possui o contato da pessoa/instituição integrante desta REDE, considerando a importância da atuação de todos nesta problemática.

Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência



DISQUE 100 (por telefone ou pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br) – canal gratuito e anônimo

Casos de pornografia na internet: denuncie em www.disque100.gov.br

Polícia Militar - 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

Escola, com os professores, orientadores ou diretores;

SAMU - 192

Unidade Básica de Saúde

**Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência em
Juazeiro-BA**

Rede Hospitalar:

Maternidade Municipal de Juazeiro

Av. Raul Alves, 1000 – (74)3611-2606

Conselho tutelar:

Rua Floriano Peixoto, n. 78, Centro (74) 3612-6425

Unidade de Acolhimento

Unidade de Acolhimento Messe de Amor: 3611-7895

Unidade de Acolhimento Rosa Menina: 3612-1110

Delegacia da Polícia Civil:

Av. João Durval Carneiro, 4899 – Tel: (74) 3613-8220

Ministério Público Estadual – Promotoria da Infância e da Juventude

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec,146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

**Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência em
Petrolina-PE**

Rede Hospitalar:

Hospital Dom Malan

R. Joaquim Nabuco, S/N

Conselho tutelar:

R. das Laranjeiras, 67 – Centro (87) 38629211

Delegacia da Polícia Civil:

Av. Sete de setembro – Ouro Preto, Tel: (87)3866-6281

Ministério Público Estadual – Promotoria da Infância e da Juventude

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro - (87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência



Polícia Militar – 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

Escola, com os professores, orientadores ou diretores;

Unidade Básica de Saúde/Centros de Saúde

SAMU – 192

Atenção à Mulher em Situação de Risco para Violência em Juazeiro-BA

Ronda Maria da Penha: (74)36147141

Rede Hospitalar:

Maternidade Municipal de Juazeiro

Av. Raul Alves, 1000 – (74)3611-2606

Centro de Referência de atendimento a mulher

Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM)

Avenida Luiz Inácio Lula da Silva, Bairro Centenário Tel: (74) 3614-2028

Delegacia da Mulher:

Tv. Dr. José Araújo de Souza, 140 - Santo Antônio.

Ministério Público Estadual

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec,146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

Atenção à Mulher em Situação de Risco para Violência em Petrolina-PE

Patrulha da Mulher - 153

Rede Hospitalar:

Hospital Dom Malan
R. Joaquim Nabuco, S/N

Centro de Referência de atendimento a mulher

Centro Especializado de Atendimento a Mulher (CEAM): Avenida Gilberto Freire, Vila Moco

Centro de Referência de atendimento a mulher (CRAM): R. Projetada - Vila Moco

Delegacia da Mulher:

Rua Castro Alves, nº 57 – Bairro: Centro, funcionando de segunda à sexta.

Ministério Público Estadual

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro - (87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Rede de Proteção ao Idoso em Situação de Violência



DISQUE 100 (por telefone ou pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br) – canal gratuito e anônimo

Polícia Militar - 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

SAMU - 192

Unidade Básica de Saúde

**Atenção À Pessoa Idosa em Caso de Suspeita ou em Situação de Risco
para a Violência em Juazeiro-BA**

Rede Hospitalar:

Hospital Regional

Tv. do Hospital, S/N – Santo Antônio – Tel: (74) 3614-8350

Conselho Municipal do Idoso

Delegacia da Polícia Civil:

Av. João Durval Carneiro, 4899 – Tel: (74) 3613-8220

Ministério Público Estadual -

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec, 146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Juazeiro-BA: Rua do Cajueiro, 2 – Centro – Tel: (74) 3612-1632

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

CRAS Malhada da Areia: (74)3612-1564

CRAS Tabuleiro: (74)3614-1625

CRAS João Paulo II: (74)3611-2212

CRAS Quidé: (74)3611-3058

CRAS Itaberaba: (74)3613-1703

**Atenção À Pessoa Idosa em Caso de Suspeita ou em Situação de Risco
para a Violência em Petrolina-PE**

Rede Hospitalar:

Hospital Universitário

Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro

Conselho do Idoso

R. das Laranjeiras, 67 – Centro (87) 38629211

Delegacia da Polícia Civil:

Av. Sete de setembro – Ouro Preto, Tel: (87)3866-6281

Ministério Público Estadual -

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro –(87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Rua Projetada, 0 – Vila Mocó

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

CRAS Rio Corrente: 3867-4072

CRAS José e Maria: (87) 3864-6650

CRAS Uruas: (87) 3985-2912

CRAS N-7: (87) 3986-1055

CRAS Agrovila Massangano: (87) 3985-1008

CRAS Rajada: (87) 3865-2584

CRAS João de Deus: (87) 3863-2852

CRAS Izacolândia: (87) 3869-9422

CRAS Fernando Idalino: (87) 3861-0543

CRAS Dom Avelar: (87) 3864-4989

REFERÊNCIAS:

ASSIS, S.G. **Crescer sem violência: um desafio para educadores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 1994, 32p.

BASTOS, F. *et al.* Osteogênese imperfecta na forma grave: relato de caso. **Einstein**, v.8, n.4, p.480-2, 2010.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 8.068**, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16 de jul. de 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.968/GM**, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades-competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra-crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Unido de Saúde.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de out. 2003.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.778**, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União de 25 de nov. 2003.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 08 de ago. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 377p.**

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Cartilha: Um presente especial**.

BRASIL.TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Cartilha de Idoso – o que você precisa saber**. Brasília-DF.

COSTA, F.B.S.; MIRANDA, C.E.S.; RODRIGUES, M.T.P.; MASCARENHAS, M.D.M. **Violência Sexual entre Adolescentes Escolares Brasileiros. Adolescência & Saúde.** Vol. 15 nº 2, p. 72-80, 2018.

CURITIBA. **Protocolo da Rede de Atenção e Proteção à Pessoa Idosa em Situação de Risco para a Violência** / organização: Hedi Martha Soeder Muraro, Simone Cortiano; autores: Cassandra de Oliveira ... [et al.]; co-autores: Ana Maria Cavalcanti ... [et al.]. - Curitiba, PR: Secretaria Municipal da Saúde, 2012. 50 p

DISTRITO FEDERAL. Laurez Ferreira Vilela (coordenadora). Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – **Cartilha Educativa Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal.** – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. 68p.

JHONSON, C.F. Lesões Infligidas Versus Lesões Acidentais. In: Clínicas Pediátricas da América do Norte: Abuso da criança. Interlivros, v.4, p. 861-886, 1990.

KHOURI, J.N. **Considerações Sobre a Violência de Gênero e Violência Doméstica Contra a Mulher.** Defensoria Pública de Mato Grosso.

PARANÁ. **Abuso e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes: a infância pede socorro** - Cartilha Educativa. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória -FAFIUV. Secretaria de Estado da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior. Governo do Estado do Paraná. 12p.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. **Violência doméstica contra a pessoa idosa:** orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007 68 p.

SENA, C.A. *et al.* Punção de vasos e paleta cromática: subsídio para pesquisa e prática clínica de enfermeiros. **R. Enferm.** Cent. O. Min. 2013 jan/abr; 3(1):488-497.

SOUZA, E.R.; RIBEIRO, A.P.; ATIE, S.; SOUZA, A.C.; MARQUES, C.C. Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(4):1153-1163, 2008

VIOLÊNCIA SEXUAL. Disponível em:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-sexual/>



Todos juntos contra a VIOLÊNCIA

Para Estudantes

APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta os principais tipos de violência. Esta situação envolve múltiplas causas e é importante que você esteja atento (a) a isso.

A intenção desse guia é levar essas informações para as pessoas de forma a ampliar a discussão sobre o tema e conscientizar sobre o assunto.

As violências, juntamente com os acidentes de trânsito, de trabalho; quedas; lesões autoprovocadas, fazem parte um grupo de doenças classificadas de causas externas. Porém, a violência e o acidente possuem conceitos diferentes; a violência causa danos à vida de forma geral, e o acidente ocorre de forma não intencional, embora também cause dano físico e emocional (OMS, 1985; OMS, 1995).

Na prevenção e intervenção a violência, todos têm um papel importante. Sendo assim, apresenta-se neste guia algumas dicas valiosas de prevenção e o cenário da Rede de acolhimento para crianças e adolescentes; mulheres e idosos vítimas de violência, nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

1 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A seguir estão descritos alguns tipos de violência. Leia-os com atenção.

Violência contra Criança e Adolescente



Refere-se a qualquer forma de proceder que caracterize ação ou omissão, agressão ou coerção, provocada pelo fato da vítima ser criança ou adolescente, e que ocasione dano, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou social. Fenômeno complexo que envolve causas socioeconômicas e histórico-culturais, que tornam as crianças e adolescentes as maiores vítimas da violência, seja intra ou extrafamiliar.

Entre as crianças e adolescentes, os tipos de violência mais comuns são:

- Negligência: caracterizada pela falta de cuidados com a proteção e o desenvolvimento da criança ou adolescente; ocasionada em diversas situações pelo despreparo dos pais para exercerem a maternidade e paternidade e a ausência de referência de cuidados básicos na infância.
- Violência física: que muitas vezes é mascarada como instrumento educacional.
- Abuso sexual: trata-se de uma violação sexual homo ou heterossexual praticada por um adulto ou alguém mais velho que a criança ou adolescente, predominando o abuso de poder ou autoridade, e a cultura de coisificação dessa vítima, que vive uma experiência sexualizada que está além de sua capacidade ou de consentir ou entender. Entende-se como abuso sexual, qualquer situação envolvendo atividades sexuais, seja com palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal.
- violência psicológica: envolvendo à depreciação, a ameaças e à rejeição do adulto sobre a criança e adolescente.
- exploração Econômica (também denominada de trabalho Infantil): quando crianças e adolescentes exercem funções e assumem responsabilidades inadequadas à etapa de desenvolvimento em que se encontram.

- Abandono: ausência da pessoa responsável pelo cuidado, guarda, vigilância ou autoridade da criança ou o adolescente.

A violência pode provocar consequências avassaladoras do ponto de vista físico, psicológico, cognitivo e e comportamental na criança e no adolescente.

Violência contra a Mulher



Entende-se essa violência como sendo qualquer comportamento, ação ou omissão, de discriminação, agressão ou coerção, produzida em virtude da vítima ser mulher, e que isso, resulte em lesão, morte, limitação, constrangimento, sofrimento moral, físico, sexual, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial.

Trata-se de um fenômeno complexo, com causas culturais, econômicas e sociais, aliado a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade.

A violência praticada contra a mulher no ambiente familiar, no qual existe o envolvimento de relações afetivas e emocionais, pode ser considerada, entre as diversas formas de violência, como uma das mais brutal. As implicações dessa violência, humilhações, maus-tratos, agressões das mais diversas formas, físicas, sexuais, morais, patrimoniais e psicológicas, são destruidoras para sua autoestima.

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU (1997-2006), afirmou, “que a violência contra as mulheres causa enorme sofrimento; deixa marcas nas famílias, afetando as várias gerações; e empobrece as comunidades. Impede que as mulheres realizem as suas potencialidades, limita o crescimento econômico e compromete o desenvolvimento”.

Quando a violência contra a mulher é praticada por um estranho a probabilidade de ocorrer novamente é muito pequena, mas quando o agressor é alguém do seu convívio, como o marido ou o companheiro, a tendência é que o fato venha a se repetir, podendo ocasionar situações mais graves.

Violência contra o Idoso

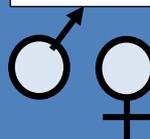


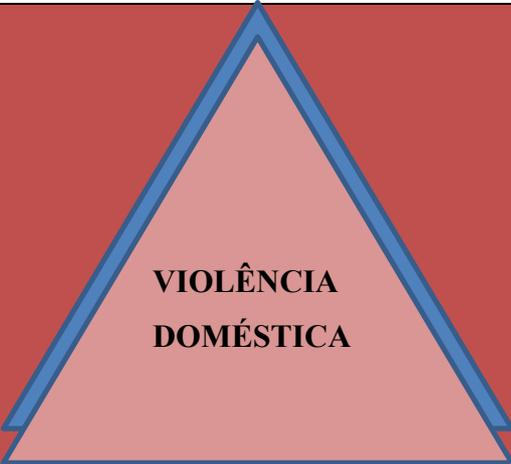
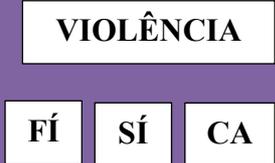
Este tipo de violência trata-se de um ato único ou repetido, que cause dano ou aflição ao idoso, tal como: agressão ou coerção; discriminação; constrangimento; morte; limitação; sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social ou perda patrimonial. Diariamente, no mundo, milhares de idosos são vítimas de algum ato de violência, como lesões provocadas por objetos, pequenos empurrões, que podem ocasionar fraturas, queimaduras e ferimentos.

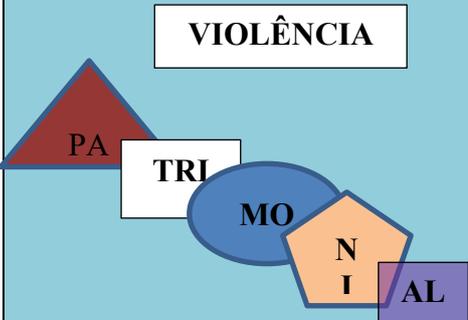
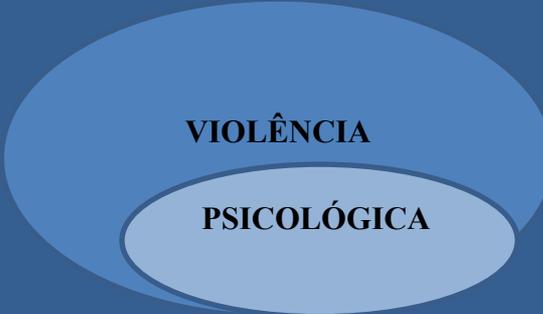
O agressor, frequentemente, é um familiar e/ou alguém responsável pelo cuidado a esse idoso, e em virtude desse vínculo, o idoso não denuncia, sente-se envergonhado, culpado pelo fracasso das relações familiares, por achar que aquilo faz parte das relações familiares, além do medo de aumentar as hostilidades ou de perder o “amor” da família. Além da violência física, o idoso também pode ser vítima de negligência com a sua saúde, alimentação e higiene; da violência psicológica; violência sexual e do abuso financeiro.

Violência sofrida em decorrência do gênero da vítima, ou seja, pelo fato de ser mulher ou homem, envolvendo todas as classes sociais, raça, religião, idade ou qualquer outra condição. A mulher é a vítima mais frequente desse tipo de violência; produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

VIOLENCIA DE GÊNERO



 <p style="text-align: center;">VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR</p>	<p>Tipo de violência praticada por membros da família de convívio mais íntimo (pai, mãe, filhos, esposa, marido, sogra, sogro, padrasto ou outros), por afinidade (primo ou tio do marido, ou outros) ou afetividade (amiga ou amigo que residam na mesma casa ou fora). Geralmente, expressa-se como abuso físico, sexual, psicológico ou como negligência ou abandono.</p>
<p>Este tipo de violência é assim denominado por ocorrer em domicílio, no ambiente doméstico da vítima, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.</p>	 <p style="text-align: center;">VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</p>
 <p style="text-align: center;">VIOLÊNCIA</p> <p style="text-align: center;">FÍ SÍ CA</p>	<p>Refere-se a qualquer ação que provoque ferimento ou agrida propositalmente uma pessoa, empregando nessa ação a força física, objeto ou arma, resultando ou não em danos e lesões internas ou externas no corpo.</p>

<p>Este tipo de violência, caracteriza-se por envolver instituições públicas e privadas; manifesta-se numa relação de funcionários com o usuário/paciente, podendo ocorrer de várias formas: negligência e ineficácia no atendimento, discriminação (em decorrência de gênero, étnico-racial, econômica etc.), falta de escuta e intolerância, desqualificação do saber do outro, uso de poder, massificação do atendimento e outros.</p>	
	<p>Ação destinada a caluniar, depreciar ou insultar a honra ou a reputação da mulher ou do homem.</p>
<p>Caracteriza-se por ação que provoque dano, subtração, desvio, retenção ou destruição de documentos pessoais, objetos, valores, bens e similares.</p>	
	<p>Este tipo de violência manifesta-se por atitude designada a degenerar ou controlar comportamentos, crenças, ações, e decisões de outra pessoa, provocando intimidação, por meio de manipulação, ameaça direta ou indireta, isolamento, humilhação ou qualquer outra atitude que ocasione dano à saúde psicológica, à</p>

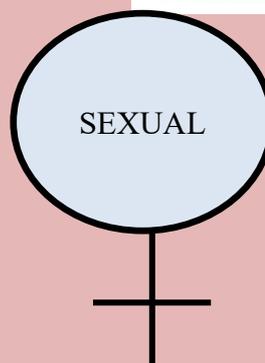
autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

É qualquer relação sexual ou tentativa de obtenção do ato sexual, em que a pessoa é obrigada a se submeter, contra a sua vontade, por meio de força física, coerção, sedução, ameaça ou influência psicológica. Também, considera-se como violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

É considerada crime, mesmo quando praticada por um familiar, pai, marido, namorado ou companheiro.

O Código Penal Brasileiro, considera que a violência sexual pode ser praticada na forma física, psicológica ou com ameaça, alcançando o estupro, e a tentativa de estupro.

É um dos tipos mais cruéis de violência, pois existe a apropriação do corpo do outro.



2 DICAS VALIOSAS

DICAS VALIOSAS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES

- mantenha a integridade do próprio corpo e da intimidade;
- não cometa ofensas ou difamação por WhatsApp ou Facebook, entre outros;
- não compartilhe senhas com ninguém;
- não exponha o número de celular em mídias sociais;
- não compartilhe nem divulgue nude selfies.



3 REDE DE APOIO CONTRA VIOLÊNCIA – A QUEM PROCURAR

A violência é um fenômeno complexo, de causas multifatoriais, que exige intervenção interdisciplinar e intersetorial, com ações envolvendo a família, sociedade civil – lideranças comunitárias, Igrejas, órgãos governamentais através de instituições, como: Educação, Saúde, Assistência Social – CRAS e CREAS, Segurança Pública – Delegacia de Atendimento à Mulher, Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente e as demais delegacias, Conselho Tutelar, Promotorias, Comissão de Direitos Humanos, ONGs, entre outras. E assim, estabelecemos uma REDE de apoio contra a violência.

Cada participante desta REDE tem importância no enfrentamento da violência, seja no atendimento, na prevenção, na proteção, responsabilização do agressor e na discussão de alternativas e união de esforços para enfrentar a violência.

Portanto, faz-se necessário conhecer a conformação dessa REDE na região Juazeiro-BA/ Petrolina-PE, pois surgindo um caso você já possui o contato da pessoa/instituição integrante desta REDE, considerando a importância da atuação de todos nesta problemática.

Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência



DISQUE 100 (por telefone ou pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br) – canal gratuito e anônimo

Casos de pornografia na internet: denuncie em www.disque100.gov.br

Polícia Militar - 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

Escola, com os professores, orientadores ou diretores;

SAMU - 192
Unidade Básica de Saúde

**Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência em
Juazeiro-BA**

Rede Hospitalar:

Maternidade Municipal de Juazeiro
 Av. Raul Alves, 1000 – (74)3611-2606

Conselho tutelar:

Rua Floriano Peixoto, n. 78, Centro (74) 3612-6425

Unidade de Acolhimento

Unidade de Acolhimento Messe de Amor: 3611-7895

Unidade de Acolhimento Rosa Menina: 3612-1110

Delegacia da Polícia Civil:

Av. João Durval Carneiro, 4899 – Tel: (74) 3613-8220

Ministério Público Estadual – Promotoria da Infância e da Juventude

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec,146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

**Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Violência em
Petrolina-PE**

Rede Hospitalar:

Hospital Dom Malan
 R. Joaquim Nabuco, S/N

Conselho tutelar:

R. das Laranjeiras, 67 – Centro (87) 38629211

Delegacia da Polícia Civil:

Av. Sete de setembro – Ouro Preto, Tel: (87)3866-6281

Ministério Público Estadual – Promotoria da Infância e da Juventude

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro - (87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência



Polícia Militar – 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

Escola, com os professores, orientadores ou diretores;

Unidade Básica de Saúde/Centros de Saúde

SAMU - 192

Atenção à Mulher em Situação de Risco para Violência em Juazeiro-BA

Ronda Maria da Penha: (74)36147141

Rede Hospitalar:

Maternidade Municipal de Juazeiro

Av. Raul Alves, 1000 – (74)3611-2606

Centro de Referência de atendimento a mulher

Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM)

Avenida Luiz Inácio Lula da Silva, Bairro Centenário Tel: (74) 3614-2028

Delegacia da Mulher:

Tv. Dr. José Araújo de Souza, 140 - Santo Antônio.

Ministério Público Estadual

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec, 146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

Atenção à Mulher em Situação de Risco para Violência em Petrolina-PE

Patrulha da Mulher - 153**Rede Hospitalar:**

Hospital Dom Malan

R. Joaquim Nabuco, S/N

Centro de Referência de atendimento a mulher

Centro Especializado de Atendimento a Mulher (CEAM): Avenida Gilberto Freire, Vila Mocó

Centro de Referência de atendimento a mulher (CRAM): R. Projetada - Vila Moco

Delegacia da Mulher:

Rua Castro Alves, nº 57 – Bairro: Centro, funcionando de segunda à sexta.

Ministério Público Estadual

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro - (87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Rede de Proteção ao Idoso em Situação de Violência

DISQUE 100 (por telefone ou pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br) – canal gratuito e anônimo

Polícia Militar - 190

Polícia Rodoviária Federal – 191

Polícia Federal: Rua Amazonas, 99 – Juazeiro-BA Tel: (74) 3614-9100

SAMU - 192

Unidade Básica de Saúde

**Atenção À Pessoa Idosa em Caso de Suspeita ou em Situação de Risco
para a Violência em Juazeiro-BA**

Rede Hospitalar:

Hospital Regional

Tv. do Hospital, S/N – Santo Antônio – Tel: (74) 3614-8350

Conselho Municipal do Idoso**Delegacia da Polícia Civil:**

Av. João Durval Carneiro, 4899 – Tel: (74) 3613-8220

Ministério Público Estadual -

Rua do Paraíso, 424 – Santo Antônio

Defensoria Pública

R. Alan Kardec, 146 – Santo Antônio – Tel: (74) 36121079

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Juazeiro-BA: Rua do Cajueiro, 2 – Centro – Tel: (74) 3612-1632

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

CRAS Malhada da Areia: (74)3612-1564

CRAS Tabuleiro: (74)3614-1625

CRAS João Paulo II: (74)3611-2212

CRAS Quidé: (74)3611-3058

CRAS Itaberaba: (74)3613-1703

**Atenção À Pessoa Idosa em Caso de Suspeita ou em Situação de Risco
para a Violência em Petrolina-PE**

Rede Hospitalar:

Hospital Universitário

Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro

Conselho do Idoso

R. das Laranjeiras, 67 – Centro (87) 38629211

Delegacia da Polícia Civil:

Av. Sete de setembro – Ouro Preto, Tel: (87)3866-6281

Ministério Público Estadual -

Av. Fernando Menezes de Góes, 625 Centro –(87) 3866-6400

Defensoria Pública

Rua Santa Luzia, 46 – Centro (87) 38613368

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Rua Projetada, 0 – Vila Mocê

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

CRAS Rio Corrente: 3867-4072

CRAS José e Maria: (87) 3864-6650

CRAS Uruas: (87) 3985-2912

CRAS N-7: (87) 3986-1055

CRAS Agrovila Massangano: (87) 3985-1008

CRAS Rajada: (87) 3865-2584

CRAS João de Deus: (87) 3863-2852

CRAS Izacolândia: (87) 3869-9422

CRAS Fernando Idalino: (87) 3861-0543

CRAS Dom Avelar: (87) 3864-4989

REFERÊNCIAS:

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 8.068**, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16 de jul. de 1990.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União de 03 de out. 2003.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 08 de ago. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. **Violência**

contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 377p.

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Cartilha: Um presente especial.**

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Cartilha de Idoso – o que você precisa saber.** Brasília-DF.

COSTA, F.B.S.; MIRANDA, C.E.S.; RODRIGUES, M.T.P.; MASCARENHAS, M.D.M. **Violência Sexual entre Adolescentes Escolares Brasileiros.** *Adolescência & Saúde.* v. 15 n° 2, p. 72-80, 2018.

CURITIBA. **Protocolo da Rede de Atenção e Proteção à Pessoa Idosa em Situação de Risco para a Violência /** organização: Hedi Martha Soeder Muraro, Simone Cortiano; autores: Cassandra de Oliveira ... [*et al.*]; co-autores: Ana Maria Cavalcanti ... [*et al.*]. - Curitiba, PR: Secretaria Municipal da Saúde, 2012. 50 p

DISTRITO FEDERAL. Laurez Ferreira Vilela (coordenadora). Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – **Cartilha Educativa Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal.** – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. 68p.

KHOURI, J.N. **Considerações Sobre a Violência de Gênero e Violência Doméstica Contra a Mulher.** Defensoria Pública de Mato Grosso.

PARANÁ. **Abuso e Exploração sexual de Crianças e Adolescentes: a infância pede socorro -** Cartilha Educativa. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória -FAFIUV. Secretaria de Estado da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior. Governo do Estado do Paraná. 12p.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. **Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais.** Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007 68 p.

SOUZA, E.R.; RIBEIRO, A.P.; ATIE, S.; SOUZA, A.C.; MARQUES, C.C. **Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(4):1153-1163, 2008

VIOLÊNCIA SEXUAL. Disponível em:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-sexual/>

INSTRUÇÕES PARA O JOGO DE TABULEIRO

Participantes: 2 a 4.

Componentes:

- 1 tabuleiro – integrante do Guia Educacional Todos Juntos Contra a Violência
- 1 dado (para montar)
- 4 cones pintados de cores diferentes (para montar)
- Cartas com ilustrações e textos explicativos

Objetivo: Ser o primeiro a chegar ao final do tabuleiro.

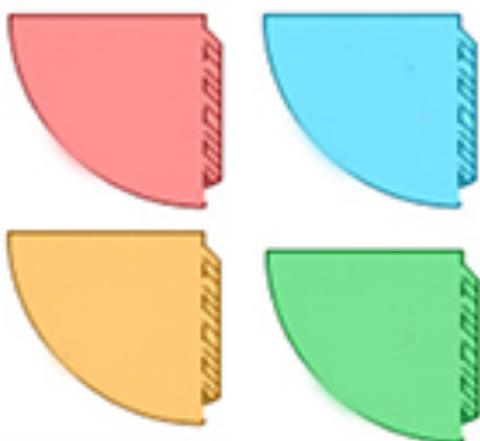
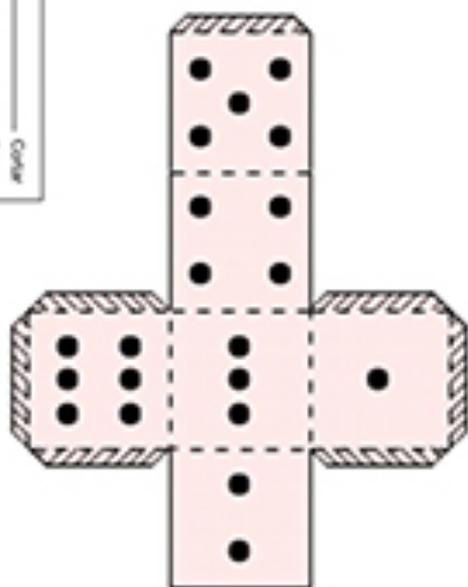
Preparação:

1. Na primeira vez em que jogar, recorte as peças que estão impressas neste guia, em seguida, montem o conte e o dado conforme as instruções.
2. Coloque o tabuleiro entre os jogadores de forma que todos possam movimentar os cones.
3. Cada jogador escolhe um cone colorido para representá-lo no jogo.
4. Organize as cartas com as ilustrações viradas para cima, perto do tabuleiro.

Como Jogar:

- O jogador que tirar o maior número no dado será o primeiro a jogar. O próximo a jogar será o jogador à sua esquerda.
- Após jogar o dado cada jogador andará com o cone, casa a casa, o número sorteado.
- Quando o jogador terminar seu movimento em uma casa onde existe uma ilustração SURPRESA, uma carta deve ser retirada.
- Dois jogadores ou mais podem ocupar a mesma casa simultaneamente.

Vencedor: O primeiro jogador que chegar à última casa do tabuleiro.





19
SURPRESAAAA!!!
TIRE UMA CARTA

20
O problema com as drogas afeta a todos: família, amigos...

21
O aprendizado e o desempenho na escola são afetados com o uso de drogas.

22
? ? ? ? ?

23
SURPRESAAAA!!!
TIRE UMA CARTA

24
Se desconfiar de qualquer coisa, avisar aos professores ou aos pais.

25
Valorize sua vida e faça escolhas saudáveis!

FIM

18
O uso de cocaína e do crack podem causar derrame cerebral e ataque cardíaco.



7
? ? ? ? ?

16
Agitação, impaciência e irritabilidade são sinais que podem indicar problemas com uso de drogas.

15
Nunca consumir nada que possa prejudicar a saúde.

14
O usuário de drogas precisa da ajuda de todos para deixar o vício.

13
SURPRESAAAA!!!
TIRE UMA CARTA

12
Quem usa drogas pode tornar-se violento.

11
A venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores de 18 anos é proibida.

10
O uso constante de drogas pode deixar a pessoa desanimada.

INÍCIO

1
~~DRUGAS~~

2
As drogas podem ser lícitas (legais) ou ilícitas (ilegais), mas qualquer uma delas fazem mal a sua saúde.

3
SURPRESAAAA!!!
TIRE UMA CARTA

4
Muitas crianças começam no vício das drogas cheirando cola de sapateiro.

5
? ? ? ? ?

6
Ninguém está imune aos efeitos ruins das drogas.

7
Anfetaminas, ansiolíticos e anabolizantes também pedem atenção

8
SURPRESAAAA!!!
TIRE UMA CARTA

9
As drogas alteram as emoções e o comportamento das pessoas